

DOSSIÊ IPHAN 3 { Ofício das Paneleiras de Goiabeiras }



DOSSIÊ IPHAN 3 { Ofício das Paneleiras de Goiabeiras }



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA CULTURA

Gilberto Gil Moreira

PRESIDENTE DO IPHAN

Luiz Fernando de Almeida

CHEFE DE GABINETE

Aloysio Guapindaia

PROCURADORA-CHEFE FEDERAL

Tereza Beatriz da Rosa Miguel

DIRETORA DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Marcia Sant'Anna

DIRETOR DE PATRIMÔNIO MATERIAL

E FISCALIZAÇÃO

Dalmo Vieira Filho

DIRETOR DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS

José do Nascimento Junior

DIRETORA DE PLANEJAMENTO

E ADMINISTRAÇÃO

Maria Emília Nascimento Santos

COORDENADORA-GERAL DE PESQUISA,

DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA

Lia Motta

COORDENADORA-GERAL DE PROMOÇÃO

DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Thays Pessotto Zugliani

SUPERINTENDENTE REGIONAL

DO ESPÍRITO SANTO

Carol Abreu

GERENTE DE REGISTRO

Ana Claudia Lima e Alves

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL

SBN Quadra 2 Bloco F Edifício Central Brasília

Cep: 70040-904 Brasília – DF

Telefones: (61) 3414.6176, 3414.6186, 3414.6199

Faxes: (61) 3414.6126 e 3414.6198

<http://www.iphan.gov.br> webmaster@iphan.gov.br

Edição do Dossiê

EDIÇÃO DE TEXTO

Ana Claudia Lima e Alves

Carol Abreu

REVISÃO DE TEXTO

Claudia Marina Macedo Vasques

Graça Mendes

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

DIAGRAMAÇÃO

Ana Paula Brandão e Fernanda Garcia

FOTOGRAFIAS

Álvaro Abreu

Cacá Lima

Christiane Lopes Machado

Humberto Capai

José Alberto Junior

Márcio Vianna

Tadeu Veiga

PARCERIA INSTITUCIONAL

Instituto Brasileiro de Educação

e Cultura – Educarte

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Alceli Maria Rodrigues

Centro de Tecnologia Mineral

Prefeitura Municipal de Vitória

Rosemary Loureiro Amorim

Universidade de Vitória - Univix

EQUIPE TÉCNICA DA GERÊNCIA DE REGISTRO

Ana Lúcia de Abreu Gomes

Fabiola Nogueira Gama Cardoso

Mariana Mello Brandão

Rafaella Tamm

Silvia Guimarães

EQUIPE TÉCNICA DA 21ª SR/IPHAN

Agnes Lang Scolforo

Caroline Maciel Lauar

Letícia von Krüger Pimentel

Lorenza Cosme Gomes

IMPRESSÃO

Imprinta

*Ficha Técnica Ofício das Paneleiras
de Goiabeiras*

REGISTRO DO OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE
GOIABEIRAS, NA CIDADE DE VITÓRIA/ES

Processo nº 01450.000672/2002-50

PROPONENTE:

Associação das Paneleiras de Goiabeiras e
Secretaria Municipal de Cultura – Vitória/ES

DATA DE ABERTURA DO PROCESSO:

26/03/2001

Pedido de Registro aprovado na 37ª reunião

do Conselho Consultivo, em 21/11/2002

Inscrição no Livro de Registro dos Saberes

em 20/12/2002

*Inventário Nacional de Referências
Culturais do Ofício das Paneleiras
de Goiabeiras*

COORDENAÇÃO GERAL

Carol Abreu

SUPERVISÃO

Ana Claudia Lima e Alves

PESQUISADORES

Augusto Drumond de Moraes

Carol Abreu

Gerson Dalfior Vidal

Luciano Santos Nascimento

Sheila Gomes

Suely Pereira dos Santos

REVISÃO DE FICHAS

Alexandre Fiorotti

Ana Claudia Lima e Alves

Carol Abreu

Felipe Berocan Veiga

Marina Verne

Suely Pereira dos Santos

FOTOGRAFIAS

Márcio Vianna

Instrução técnica do processo de Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras

EQUIPE TÉCNICA IPHAN

DEPARTAMENTO DO
PATRIMÔNIO IMATERIAL
Supervisão

Ana Cláudia Lima e Alves

APOIO

Alessandra D'Aqui Velloso
Cícero Ramos
Edinaldo Araújo
Linda Macedo
Marina Verne
Mônica Souza
Rodrigo Castanheira
Sheila Lemos

21ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Coordenação-geral

Carol Abreu

APOIO

Elienne de Oliveira Machado
Gerson Dalfior Vidal

ELABORAÇÃO DO TEXTO

Carol Abreu

FOTOGRAFIAS

Márcio Vianna

FONTES DE PESQUISA

Iphan:

Arquivo e Biblioteca
Aloísio Magalhães - Brasília
Arquivo Noronha Santos - RJ
Arquivo 21ª SR - Vitória
Centro Nacional de Folclore e
Cultura Popular - Biblioteca
Amadeo Amaral - RJ
Vitória - ES:
Arquivo Público Estadual
Biblioteca Central UFES
Biblioteca Estadual

Instituto Histórico e Geográfico
do Espírito Santo
Secretaria de Desenvolvimento
da Cidade - PMV

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Associação das Paneleiras de Goiabeiras
Associação Espírito-santense de Folclore
Berenícia Corrêa Nascimento
Carla da Costa Dias
Célia Maria Corsino
Celso Perota
Elizabeth Salgado
Federação das Bandas de Congo
do Espírito Santo
Guacira Waldeck
Luiz Guilherme Santos Neves
Renato Pacheco *in memoriam*
Secretaria de Cultura de Vitória
Secretaria de Estado da Cultura

APOIO

Centro Nacional de Folclore
e Cultura Popular
6ª Superintendência Regional - RJ
EMA Vídeo
STV Rede SescSenac de Televisão

PÁGINA 4

DETALHE DA QUEIMA
DA PANELA DE BARRO.
FOTO: JOSÉ ALBERTO
JUNIOR.

PÁGINA 8

ASPECTO DO
MANGUEZAL JUNTO
AO GALPÃO DA
ASSOCIAÇÃO DAS
PANELEIRAS.
FOTO: JOSÉ ALBERTO
JUNIOR.



Ministério
da Cultura

SUMÁRIO



10 APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

13 Ofício de paneleira

HISTÓRIA E PRÉ-HISTÓRIA

15 A herança das panelleiras

O TERRITÓRIO DO OFÍCIO

19 A ocupação urbana da área

21 Goiabeiras, o lugar
das panelleiras

23 O manguezal

24 O barreiro

25 O galpão, vitrine do ofício

26 PANELEIRAS DE GOIABEIRAS

SEM TORNO NEM FORNO

31 As matérias-primas

32 Os instrumentos de trabalho

33 Os trabalhadores do ofício

35 As etapas de produção

37 As panelas

NA PANELA

39 Moquecas e torta capixaba

42 O OFÍCIO COMO OBJETO DE REGISTRO

46 O PLANO DE SALVAGUARDA

52 NOTAS

54 BIBLIOGRAFIA

59 **ANEXO 1** Referências
documentais anexadas ao
processo de registro

60 **ANEXO 2** Artesãos
cadastrados na Associação das
Panelleiras de Goiabeiras

62 **ANEXO 3** Processo de registro
de Patrimônio Imaterial

APRESENTAÇÃO



PÁGINA AO LADO

"PUXANDO" A PANELA.

FOTO: JOSÉ ALBERTO

JÚNIOR.

ABAIXO

CALDEIRÃO, PANELA

E FRIGIDEIRA.

FOTO: MÁRCIO VIANNA.

Este Dossiê 3 trata do primeiro Registro de um bem cultural concretizado pelo Iphan: o Ofício das Panelas de Goiabeiras. Com ele se inaugurou o Livro de Registro dos Saberes e também o instrumento legal de reconhecimento e preservação dos bens culturais de natureza imaterial, criado em agosto de 2000.

Se as tradicionais panelas de barro do Espírito Santo já eram, em larga medida, conhecidas em vários pontos do país, o mesmo não se podia dizer das panelas que as fabricam em Goiabeiras Velha, bairro de Vitória.

Para melhor conhecer e dar a conhecer o saber e o fazer dessas cidadãs brasileiras foi aplicada, pela primeira vez, a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.

O conhecimento assim sistematizado e produzido constituiu a instrução técnica do processo de Registro desse ofício, concluído em dezembro de 2002.

Desde então, o trabalho e as questões relativas à continuidade do Ofício das Panelas de Goiabeiras vêm sendo acompanhados pelo Iphan, através da elaboração e implantação do Plano de Salvaguarda, que prevê o apoio e o fomento a ações que favoreçam a valorização das panelas e a manutenção das condições objetivas para a prática de sua atividade.

Ao tornar públicos processos e resultados do trabalho institucional, onde o modo de fazer as tradicionais panelas de barro capixabas e as panelas



e seu universo estão apresentados, acreditamos contribuir para o reconhecimento desse patrimônio pela sociedade brasileira e para viabilizar as condições de sua permanência.

Luiz Fernando de Almeida

INTRODUÇÃO



OFÍCIO DE PANELEIRA

A fabricação artesanal de panelas de barro é o ofício das panelas de Goiabeiras, bairro de Vitória, capital do Espírito Santo. A atividade, eminentemente feminina, constitui um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, no âmbito familiar e comunitário. A técnica cerâmica utilizada é de origem indígena, caracterizada por modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino.

Apesar da urbanização e do adensamento populacional que envolveu o bairro de Goiabeiras, fazer panelas de barro continua sendo um ofício familiar, doméstico e profundamente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade de Goiabeiras Velha. É o meio de vida de mais de 120 famílias

nucleares, muitas das quais aparentadas entre si. Envolve um número crescente de executantes, atraídos pela demanda do produto, promovido pela indústria turística¹ como elemento essencial do “prato típico capixaba”.

De fato, no Espírito Santo as panelas de barro são o recipiente indissociável de moquecas de peixe e outros frutos do mar, como também da torta capixaba, sagrada iguaria tradicionalmente consumida na Semana Santa. Ícones da identidade cultural capixaba, a torta, as moquecas e as panelas de barro ganharam o mundo e configuraram, na literatura gastronômica, “a mais brasileira das cozinhas”, por reunirem e mesclarem elementos das culturas indígena, portuguesa e africana. ■

PÁGINA AO LADO

COLOCANDO A
“ORELHA” NA PANELA.
FOTO: MÁRCIO VIANNA.

ABAIXO

EONETES FERNANDES
DOS SANTOS
MODELANDO A BORDA
DA PANELA. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.





**HISTÓRIA
E PRÉ-HISTÓRIA**

A HERANÇA DAS PANELEIRAS

O processo de produção das panelas de Goiabeiras conserva todas as características essenciais que a identificam com a prática dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos. As panelas continuam sendo modeladas manualmente, com argila sempre da mesma procedência e com o auxílio de ferramentas rudimentares. Depois de secas ao sol, são polidas, queimadas a céu aberto e impermeabilizadas com tintura de tanino, quando ainda quentes. Sua simetria, a qualidade de seu acabamento e sua eficiência como artefato devem-se às peculiaridades do barro utilizado e ao conhecimento técnico e habilidade das paneleiras, praticantes desse saber há várias gerações.

A técnica cerâmica utilizada é reconhecida por estudos



arqueológicos como legado cultural Tupi-guarani e Una², com maior número de elementos identificados com os desse último. O saber foi apropriado dos índios por colonos e descendentes de escravos africanos que vieram a ocupar a margem do manguezal, território historicamente identificado como um local onde se produziam panelas de barro. O naturalista Saint-Hilaire visitou a região em

PÁGINA AO LADO

AMASSANDO O BARRO.

FOTO: JOSÉ ALBERTO

JÚNIOR.

ABAIXO

CECÍLIA DE JESUS

SANTOS AÇOITANDO

A PANELA. FOTO:

MÁRCIO VIANNA.

1815 e fez a primeira referência a essas panelas, descritas como “caldeira de terracota, de orla muito baixa e fundo muito raso”, utilizadas para torrar farinha e fabricadas “num lugar chamado Goiabeiras, próximo da capital do Espírito Santo”.³

Goiabeiras é, portanto, o lugar onde esse ofício de fabricar panelas ocorre por tradição. Ali, foram encontrados sítios

MODELANDO A PANELA
COM A CUIA. FOTO:
JOSÉ ALBERTO JÚNIOR.





MATERIAL DE SÍTIO
ARQUEOLÓGICO NA
ÁREA DO AEROPORTO.
FOTO: CHRISTIANE
LOPES MACHADO.

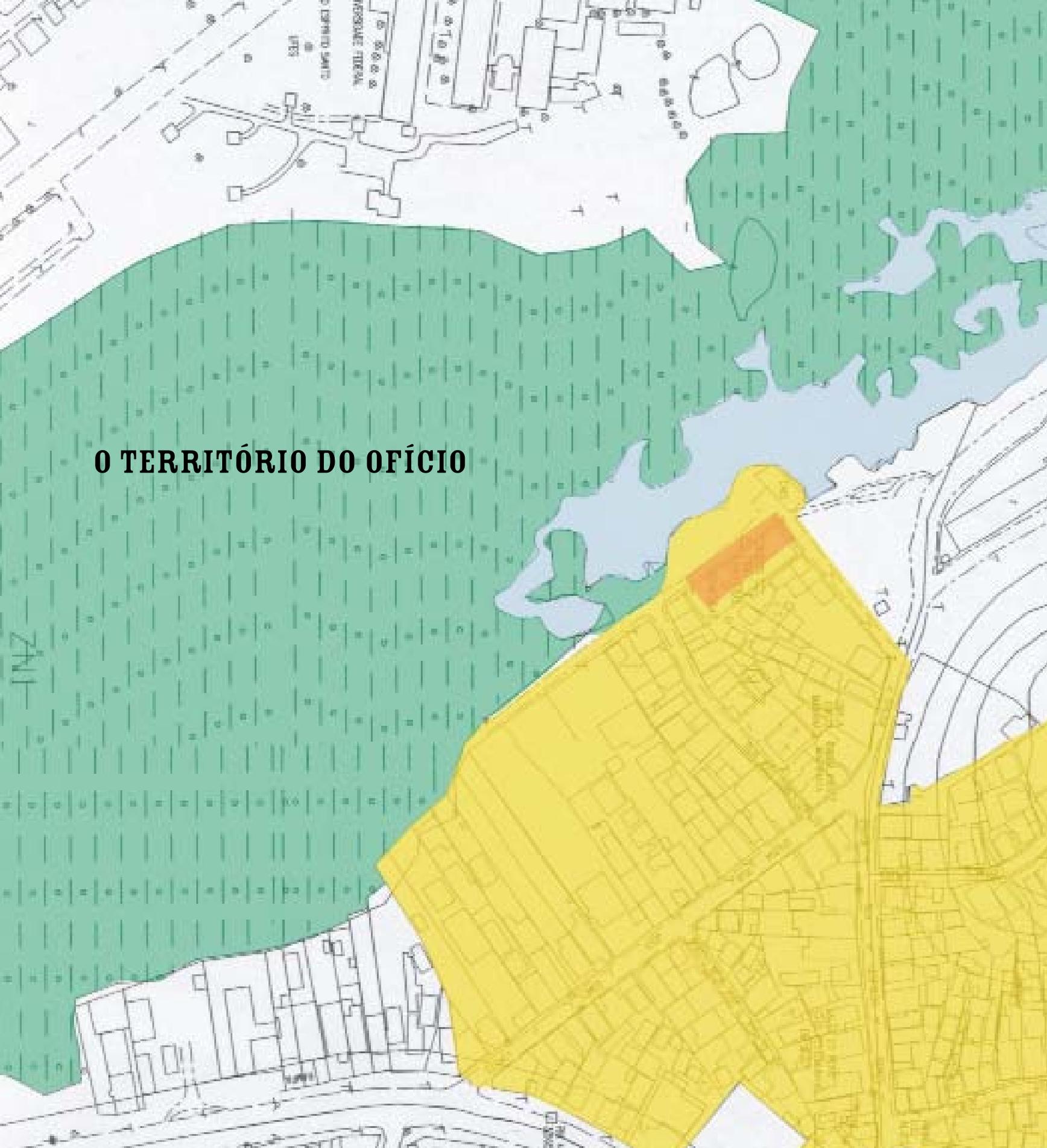
arqueológicos cerâmicos, remanescentes da ocupação indígena, no alto da pequena elevação conhecida como Morro Boa Vista e nas proximidades do aeroporto de Goiabeiras. Ainda que Saint-Hilaire não tenha mencionado as *frigideiras* de moqueca, provavelmente na época de sua passagem já se faziam panelas para cozinhar frutos do mar, pois este é o alimento primordial e preponderante dos nativos da região desde tempos pré-históricos. Segundo informam os estudiosos da culinária e da identidade local, “Os sambaquis, que o proto-capixaba deixou, em diversos pontos do litoral do Espírito Santo, (...) são, em sua essência, um amontoado de conchas partidas e de cascas de moluscos... Esses processos milenares de



coleta de frutos do mar persistem entre nós com força imorredoura. Constituem, ainda hoje, cenas diárias nas praias, manguezais e pedras do litoral [do Estado]”.⁴ Vestígios desses sambaquis, compostos de grande quantidade de lascas de quartzo e de conchas de ostras, foram identificados em 2005, durante a construção da nova pista do aeroporto.

O consumo permanente e reiterado das moquecas e da torta da Semana Santa, valorizado pelos capixabas como uma referência na formação de sua identidade cultural, é provavelmente uma das principais razões da continuidade histórica da fabricação artesanal das panelas de barro, apesar das notáveis transformações urbanas ocorridas. A cidade cresceu e alcançou Goiabeiras, que se transformou em um bairro urbanizado de Vitória. Mas ali continuam sendo feitas, como sempre, as panelas pretas. Enquanto a cidade crescia, as panelas iam progressivamente se profissionalizando e fazendo do seu ofício a mais visível atividade cultural e econômica do lugar. ■

O TERRITÓRIO DO OFÍCIO



A OCUPAÇÃO URBANA DA ÁREA

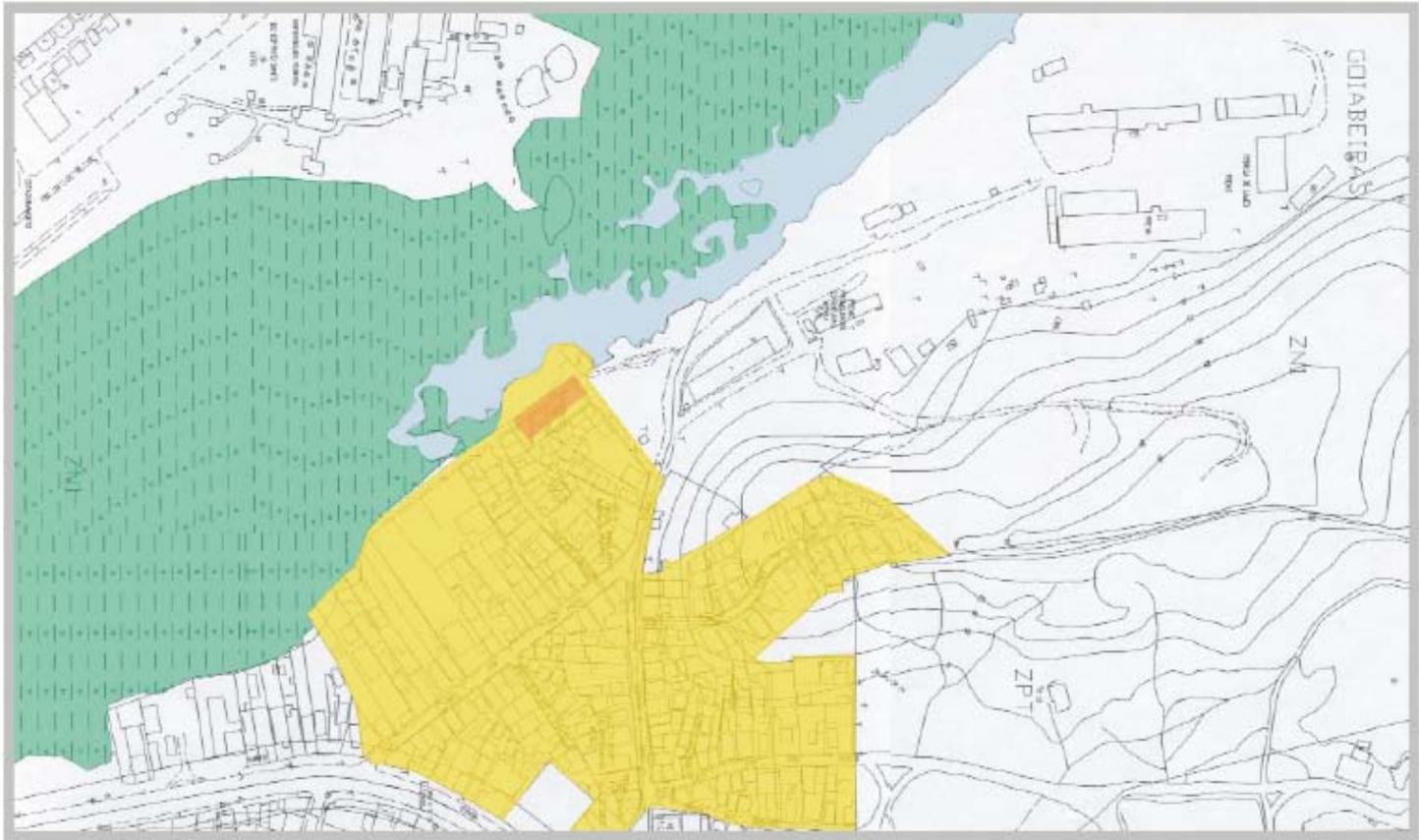
VISTA DO MANGUEZAL
COM BAIRROS DE
VITÓRIA AO FUNDO.
FOTO TOMADA DO
ALTO DE GOIABEIRAS
VELHA. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.

O ofício das paneleiras é uma atividade econômica culturalmente enraizada na localidade conhecida como Goiabeiras Velha, situada na parte continental norte do Município de Vitória, à beira do canal que banha o manguezal e circunda a Ilha. O grande projeto de modernização urbana da capital, promovido nos anos 1970, confinou Goiabeiras Velha entre a via expressa de acesso ao Aeroporto e o mangue, resguardando-a como reduto de ocupação antiga, de configuração familiar, onde reside a maioria das famílias de paneleiras. Os quintais de pais e avós são hoje repartidos com as novas famílias de filhos e netos, e em grande parte também ocupados com a fabricação das painelas de barro.



O antigo distrito de Goiabeiras esteve relativamente fora do processo de urbanização da capital até o final da década de 1960, quando foram implantados o campus da Universidade Federal do Espírito Santo, o primeiro conjunto habitacional do então Banco Nacional de Habitação – BNH e as correspondentes vias de acesso. Foi também dessa época a ampliação do Aeroporto de

Goiabeiras, seguida da instalação dos grandes empreendimentos da indústria siderúrgica na Ponta do Tubarão. Alcançado e seccionado por novas avenidas, o distrito se subdividiu em bairros que foram sendo ocupados rapidamente, conquistando terreno através de aterros e desmatamentos, o que produziu alterações significativas nas relações dos antigos ocupantes com o seu meio ambiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Até então, o manguezal nativo era a principal fonte de alimentação – pescado e coleta de ostras e caranguejos – e o caminho de acesso dos moradores de Goiabeiras ao trabalho e ao mercado. Para as paneleiras, também significava o provimento da casca de manguê-vermelho e o caminho até o barreiro – como elas chamam a jazida de barro situada no Vale do Mulembá –, onde se chegava de canoa pelos braços de mar que margeiam

o manguezal, depois de vencido um pequeno trecho a pé. Apesar das transformações, a relação da comunidade de Goiabeiras com o manguezal se preservou, em alguma medida, especialmente quanto ao provimento do tanino. O acesso ao barreiro, fonte da principal matéria-prima das panelas de Goiabeiras, passou a ser feito pela Ponte da Passagem e pela rodovia perimetral da Ilha. ■

- GOIABEIRAS VELHA
- MANGUEZAL
- CANAL DO MANGUE
- GALPÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS

À DIREITA
SINALIZAÇÃO DO
ACESSO AO GALPÃO
DAS PANELEIRAS DE
GOIABEIRAS. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.

ABAIXO, À DIREITA
FOLIA DE REIS DE
GOIABEIRAS VELHA.
FOTO: ÁLVARO ABREU.

GOIABEIRAS, O LUGAR DAS PANELEIRAS



Assentadas em Goiabeiras Velha, nas relações familiares e de vizinhança, as paneleiras executam seu ofício nos quintais e no galpão da associação. Os espaços/tempos de morar e trabalhar se confundem: cada casa é uma oficina, onde o fazer panelas de barro convive com os afazeres domésticos cotidianos e com a criação dos filhos e netos, nos momentos de festa, de perdas, de fé. Em casa como no Galpão, é usual a presença de crianças participando das atividades, tanto modelando a argila em pequenos formatos, como trabalhando no alisamento das panelas. Assim, de brincadeira, vai-se partilhando a vida e aprendendo o ofício, atividade primeira de muitos dos que moram ali.



MELQUÍADES ALVES
CORRÊA DA VITÓRIA
RODRIGUES E SUA
NETINHA ASSUCENA
VITÓRIA SANTANA
DA ROSA FAZENDO
PANELAS. FOTO:
CACÁ LIMA.

PRESENÇA DAS BANDAS
DE CONGO NA FESTA
EM DEFESA DO
BARREIRO. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.

A maioria das panelas continua trabalhando em casa, levando suas panelas para serem queimadas na área externa do Galpão, onde trabalham cerca de 30 panelas e mais um número equivalente de auxiliares. Mas nem só de fazer e vender panelas vivem as panelas e a comunidade de Goiabeiras Velha. Lugar de brincadeira, reza e *benção*, o bairro também é conhecido pela Banda de Congo⁵ Panela de Barro, pela Folia de Reis Goiabeiras Velha e pelo Boi Estrela – que enchem as ruas de música e alegria com seus ensaios e apresentações. ■



*Congo de Goiabeiras
Congo de devoção
Congo da União, ê, a
Valha-me São Benedito
E a virgem da Conceição
Samba crioulo
Deixa sambá
Panela de Barro
Acabou de chegar*

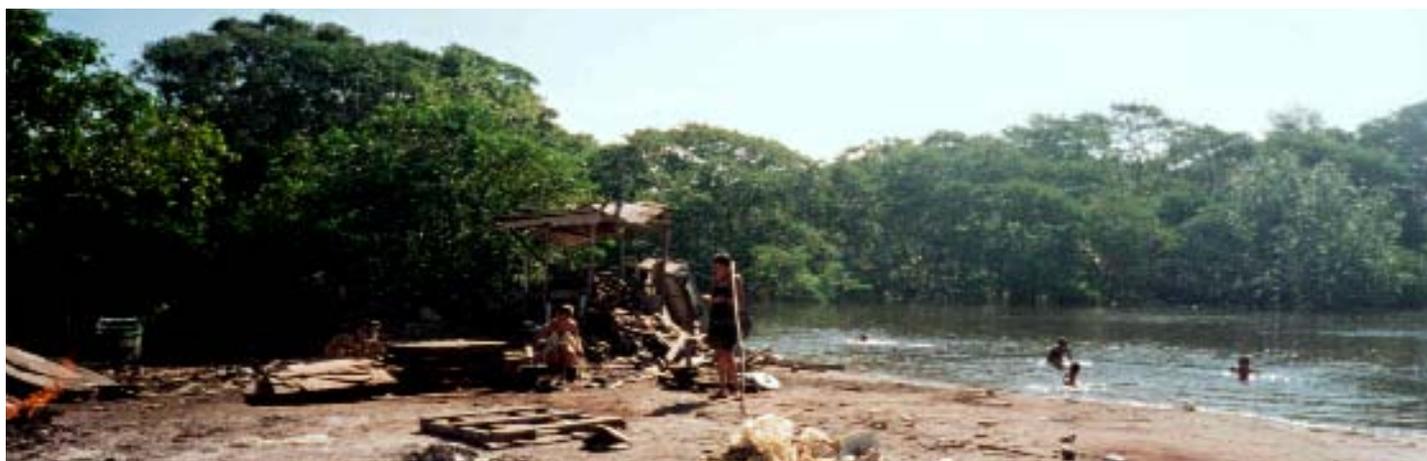




O MANGUEZAL

AO LADO E ABAIXO

FOTOS: MÁRCIO VIANNA.



A Rua e o Galpão das Paneleiras dão acesso ao manguezal, que continua sendo fonte de pescado, de caranguejo e mariscos para os moradores da localidade, além de lazer para as crianças, que costumam nadar nas águas do canal. Na beira do Galpão, os *casqueiros* encostam suas canoas para entregar às paneleiras a casca do mangue-vermelho, que esses trabalhadores se

especializaram em extrair do manguezal. Cada casqueiro extrai em média 15 latas de casca por dia, vendida socada ou inteira.

Em favor da preservação do ecossistema e da sustentabilidade econômica da atividade, atualmente a coleta tem se limitado a uma parcela do anel da casca, de modo a permitir a recomposição da espécie,

conforme orientação de manejo da Secretaria do Meio Ambiente e da Universidade Federal do Espírito Santo. ■



RONALDO CORRÊA
EXTRAINDO O
BARRO NO VALE DO
MULEMBÁ. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.

PÁGINA AO LADO
VISTA INTERNA
DO GALPÃO DA
ASSOCIAÇÃO DAS
PANELEIRAS DE
GOIABEIRAS. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.

O BARREIRO

A argila utilizada na fabricação das panelas de Goiabeiras é extraída da jazida existente no Vale do Mulembá, próximo ao atual bairro Joana D’Arc. A área da jazida pertence ao Estado do Espírito Santo, que a desapropriou para ali instalar uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. O funcionamento da Estação não impediu a exploração do barro, que

continua sendo franqueado às pateleiras pela Companhia Espírito-Santense de Saneamento – Cesan. As pateleiras podem extraí-lo diretamente ou comprá-lo de *tiradores* que o trazem de caminhão até Goiabeiras. No entanto, para garantir a continuidade de acesso à matéria-prima, nesses últimos anos, as pateleiras tiveram que regularizar a exploração do barro, submetendo-se às legislações ambiental e mineral para obter a correspondente licença de extração da argila.

O aumento da demanda pelas panelas e o reconhecimento de sua atividade como Patrimônio Cultural do Brasil têm provocado uma mudança de atitude das pateleiras com relação à sustentabilidade do seu ofício e

do conseqüente comprometimento com a preservação do barro. Nesse contexto, vem se trabalhando com as pateleiras a idéia de que o barro é um recurso natural não renovável. Elas partilham a crença de que “o barro não acaba”, explicando: “se a argila do barro vem sendo usada desde muito antes das nossas bisavós e nunca se acabou, nossas filhas, netas e bisnetas vão tirar o barro dali pra sempre”. Confrontadas a dados técnicos sobre o esgotamento do barro nos próximos 18 anos, as pateleiras estão se conscientizando da necessidade de racionalizar a exploração da jazida e de buscar fontes alternativas dessa matéria-prima. ■

O GALPÃO, VITRINE DO OFÍCIO



Implantado pela Prefeitura em 1987, na beira do manguezal, o Galpão da Associação foi uma conquista importante para a valorização do ofício e organização da categoria. Muito mais que um ponto de produção e venda das panelas por um pequeno grupo de artesãs, visto que o espaço só acomoda cerca de 30 panelleiras de um universo de quase 120, o Galpão passou a representar o *lugar* do ofício, dando visibilidade à categoria profissional de seus executantes.

Situado à Rua das Panelleiras nº 55, na margem do manguezal, o atual Galpão da Associação das Panelleiras foi inaugurado em 1991. Foi construído pela Prefeitura, para substituir o primeiro que era constantemente alagado com a subida da maré. Tem uma área coberta de 432m², projetada para guardar e preparar as

matérias-primas e abrigar as mesas de trabalho para a modelagem, secagem e polimento das panelas, e os depósitos e bancadas para os produtos prontos. No terreiro ao lado do Galpão, na margem do manguezal, é feita a queima das panelas.

Atualmente trabalham ali cerca de 60 pessoas entre panelleiras e ajudantes, em condições precárias, no espaço que se tornou insuficiente para o número de trabalhadores em atividade, para a quantidade de panelas prontas em exposição e para os visitantes que recebe. O Galpão é muito procurado por consumidores e turistas, cujo fluxo vem aumentando significativamente com a valorização do ofício e com o estímulo à visitação do lugar.

As panelas de Goiabeiras são geralmente vendidas diretamente

pelos panelleiras, nos próprios locais de produção. Podem ser adquiridas por atacado ou no varejo, por encomenda ou para pronta entrega, no Galpão ou em suas casas. Há alguns poucos intermediários em pontos de comercialização fora de Goiabeiras Velha. Os principais estão no mercado da Vila Rubim, no Centro de Vitória; numa rede regional de supermercados; na loja de um artesão, onde também trabalham quatro panelleiras, na avenida de acesso ao Aeroporto de Goiabeiras; e no próprio aeroporto. O mercado consumidor consiste de restaurantes, hotéis, lojas, feiras, supermercados, turistas e moradores da Grande Vitória. Engradados de panelas de barro saem do Galpão de Goiabeiras direto para os mercados locais, regionais e de outros Estados brasileiros, notadamente do Sul e do Centro-Oeste. ■

PANELEIRAS DE GOIABEIRAS



GRUPO DE PANELEIRAS
QUE TRABALHAM
NO GALPÃO DA
ASSOCIAÇÃO. FOTO:
JOSÉ ALBERTO JÚNIOR.

Habilidosas, trabalhadeiras, vaidosas de seu fazer, essas são as Paneleiras de Goiabeiras. Mulheres entre 15 e 88 anos de idade, muitas delas pertencem às famílias mais antigas envolvidas com o ofício, seja por laços de parentesco, seja pelo casamento. Seus sobrenomes são: Lucidato, Corrêa, da Victória, Alves, Ribeiro, Gomes, Fernandes, Barbosa e Rodrigues. A estas se juntam as de sobrenome Salles, dos Santos, de Moura, da Silva, Ferreira, Siqueira, Alvarenga, Nascimento, Dias, Rosa, entre outras. São filhas, netas, bisnetas, mães, avós, sobrinhas, cunhadas ou vizinhas de paneleiras.

Como grupo de ofício, uma das principais bandeiras de luta das Paneleiras de Goiabeiras tem sido o direito de acesso à fonte de matéria-prima, condição

básica para a continuidade da sua produção artesanal e sobrevivência econômica das suas famílias. Progressivamente as paneleiras têm se apropriado do significado cultural, econômico e político do seu produto para a cidade, para o estado e para o país, buscando sua organização e atraindo a atuação de entidades públicas e privadas em favor de sua atividade.

Para enfrentar a ameaça implícita no projeto de construção de uma estação de tratamento de esgoto na área do barreiro, as paneleiras criaram uma associação. Em 25 de março de 1987, por iniciativa de liderança política local e com o apoio da Prefeitura Municipal, cinco paneleiras fundaram a Associação das Paneleiras de Goiabeiras – APG, entidade constituída para proteger

a categoria na defesa de seus interesses e das condições objetivas de permanência do ofício. À época foram priorizadas a preservação do barreiro e a construção do galpão, destinado a abrigar as atividades de produção e venda das paneleiras que já não dispunham de espaço em seus quintais.

A Associação tem sido o principal canal de negociação das paneleiras junto ao poder público e à iniciativa privada, na busca de apoio para a fabricação e promoção de seus produtos. Por meio de sua Associação, as paneleiras têm conseguido conquistar patrocinadores, material promocional e novos espaços de apresentação e venda para seus produtos, como as feiras de artesanato no Espírito Santo, em outros estados brasileiros e no exterior.

ABAIXO
FOTO: JOSÉ
ALBERTO JÚNIOR.



Entre março e maio de 2001, durante a realização das pesquisas do Inventário de Referências Culturais em Goiabeiras⁶, havia 55 panelleiras inscritas no cadastro da APG, sendo que levantamentos documentais indicavam a existência de 102 panelleiras associadas em 1999⁷. O cadastro realizado em abril de 2006 registra 118 panelleiras associadas, demonstrando a retomada em sua mobilização.

Constatou-se também, na pesquisa, a participação crescente de homens na modelagem ou *puxada* da panela: das 55 panelleiras cadastradas em 2001, 48 eram mulheres e sete eram homens. Apesar da presença masculina, fazer panelas de barro é definitivamente uma atividade associada ao gênero feminino, inscrita nas representações sociais

como ofício de panelleira, como também escrita nas placas da Rua e da Associação das Panelleiras. Disso não há contestação nem mesmo pelos homens que executam o ofício de panelleira no Galpão, os quais se autodenominam artesãos.

Como evento promocional de seu ofício e de seus produtos, destaca-se a Feira Anual das Panelleiras de Goiabeiras, realizada desde 1987 pela Associação das Panelleiras, com o incentivo da Associação Espírito-Santense de Folclore e o apoio financeiro do governo estadual e da Prefeitura Municipal de Vitória. Durante os quatro dias da feira, elas vendem as panelas, cozinham e servem moquecas, em meio a apresentações de cantores populares e bandas de congo.

Cada vez mais, as panelleiras participam e vendem suas panelas

REJANE CORRÊA
LOUREIRO "PUXANDO"
A PANELA E TIRANDO
AS IMPUREZAS
COM A CUIA
E A FACA. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.

em eventos e feiras de artesanato em diversos pontos do país. A procura crescente pelo produto vem estimulando sua imitação por técnicas que incluem o emprego do torno e do forno, o que aumenta o ritmo da produção e barateia o preço final do produto concorrente. Embora se assemelhe na cor e na forma às panelas de Goiabeiras, essas outras não oferecem a mesma resistência daquelas ao impacto e à temperatura, nem carregam a identidade e o selo da tradição.

Fotografadas, filmadas, gravadas, entrevistadas, convidadas para expor suas habilidades em feiras, escolas, *shoppings* e museus, as paneleiras de Goiabeiras são as legítimas porta-vozes desse patrimônio cultural brasileiro. ■





SEM TORNO NEM FORNO

AO LADO
SECAGEM DAS CASCAS
DE MANGUE-VERMELHO.
FOTO: JOSÉ ALBERTO
JÚNIOR.

ABAIXO
BOLAS DE BARRO NO
BARREIRO. FOTO: JOSÉ
ALBERTO JÚNIOR.

PÁGINA AO LADO
FOTO: JOSÉ ALBERTO
JÚNIOR.

As matérias-primas tradicionalmente empregadas no processo de produção das panelas são provenientes do meio natural. A argila é tirada de *barreiro* situado no Vale do Mulembá, na Ilha de Vitória, e a casca de mangue-vermelho⁸, da qual é feita a tintura de tanino, é coletada diretamente do manguezal, à beira do qual a localidade de Goiabeiras se desenvolveu. Da mesma forma, dois dos principais instrumentos do ofício – a cuiá e a vassourinha de muxinga – são feitos a partir de espécies vegetais encontradas na região.

Comparativamente a outras, a argila do Vale do Mulembá é bastante arenosa. Análises da granulometria do barro indicaram a seguinte composição média: 40% de argila, 26% de silte,



13% de areia fina, 13% de areia média e 8% de areia grossa. É essa composição que condiciona o modo de fazer⁹ – sem torno, nem forno – e dota o produto de uma série de atributos, como a menor ocorrência de rachaduras e a maior rapidez no processo de secagem, o aquecimento em tempo relativamente mais curto e a boa resistência ao fogo de 600°C, o que não deixa que as

panelas estourem na fogueira. De fato, a composição do barro condiciona não só o modo de fazer e o aspecto das panelas, como também a propriedade de conservar o calor dos alimentos mesmo depois do seu cozimento. As moquecas são servidas borbulhando e assim se mantêm por vários minutos depois de retiradas do fogo.

Para obter o tanino que tingem as panelas, o casqueiro, sempre na maré baixa, entra no manguezal com sua canoa, escolhe uma árvore e bate na casca até soltá-la do tronco. Depois de socadas, as cascas do mangue-vermelho são maceradas e postas de molho na água por alguns dias, transformando-se na tintura de tanino que é aplicada nas panelas após a sua queima. ■



OS INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Dois dos principais instrumentos do ofício – a cuia e a vassourinha de muxinga – são feitos a partir de espécies vegetais encontradas na região. A **cuia** é feita de um pedaço de cuité recortado e lixado. Trata-se de fruto semelhante à cabaça, comprado em feiras ou proveniente de árvores dos quintais da região. É usado para dar a forma curva à panela, abrindo e puxando a massa de argila e definindo a sua espessura.

O **arco** é parte de aro ou chapa metálica, desgastado em curva, usado para tirar o excesso de barro da superfície e dar o acabamento na panela. A **faca** de metal é usada para a retirada de impurezas (pedrinhas, folhas e raízes). A **pedra** – seixo rolado – é usada para alisar e polir as superfícies internas e externas

das peças depois de secas. A **pinça** ou vara com ganchos, instrumento feito de galho comprido com dois ganchos (garras) em uma das extremidades, é usada para retirar a panela ainda quente da queima e colocá-la para ser açoitada. A vassourinha feita com galhos de muxinga, planta rasteira nativa, resistente ao calor e ao impacto, é usada para bater a tintura. ■

AO LADO

TIRANDO A PANELA DA FOGUEIRA COM A PINÇA.

FOTO: JOSÉ ALBERTO JÚNIOR.

ABAIXO

MODELANDO A PANELA COM A CUIA. FOTO:

MÁRCIO VIANNA.

EMBAIXO

MUXINGA PARA VASSOURINHA DE AÇOITAR. FOTO:

MÁRCIO VIANNA.



OS TRABALHADORES DO OFÍCIO

ABAIXO
EXTRAÇÃO DO
BARRO NO VALE DO
MULEMBÁ. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.

A produção das panelas de barro de Goiabeiras compreende inúmeras atividades, praticadas em várias etapas. Todas elas são de pleno domínio das mestras do ofício, que até pouco tempo as realizavam diretamente. Hoje são desempenhadas por diferentes executantes, ficando o trabalho de coleta e transporte das matérias-primas mais frequentemente a cargo dos homens. Sobre esses diferentes trabalhadores, constam do Inventário de Referências Culturais do Ofício das Paneleiras as seguintes descrições, pela ordem das etapas que executam no processo:

Tirador de barro

Na jazida no Vale do Mulembá, o tirador experimenta o barro com os dedos para ver se está bom, então escava e retira o barro com a enxada



até aproximadamente 1 metro de profundidade. O barro é então molhado, pisado e dividido em bolas, com cerca de 15 kg cada. As bolas são transportadas em caminhões até o local de trabalho, galpão ou quintal, onde são vendidas. A extração é uma atividade predominantemente masculina, quase sempre remunerada, quando não é executada por familiares ou pela própria padeira. Um tirador

de barro costuma fazer de 140 a 150 bolas de barro por dia.

Casqueiro

Casqueiro é o coletor da casca do mangue-vermelho, espécie nativa do manguezal que, portanto, só é alcançada de canoa. O casqueiro vai batendo na árvore com um porrete até que a casca se solte. Leva saco e lata para carregá-la; traz a casca de canoa



PALMIRA ROSA DE SIQUEIRA ALISANDO A PANELA. FOTO: MÁRCIO VIANNA.

ABAIXO
CARLOS BARBOSA DOS SANTOS TIRANDO A PANELA DA FOGUEIRA. FOTO: MÁRCIO VIANNA.

até Goiabeiras, onde vende para as panelleiras, a preços que variam de quatro a cinco reais a lata. Atualmente, quatro trabalhadores executam essa atividade.

Escolhedor de barro

No galpão das panelleiras, o escolhedor faz a limpeza do barro, pisando as bolas, molhando e retirando as impurezas.

Geralmente parentes homens ou auxiliares pagos realizam essa tarefa para as panelleiras.

Panelleira

Mestra do ofício, a panelleira domina todas as etapas do processo de produção. Apesar de ser uma atividade tradicionalmente feminina, há uma crescente participação de artesãos ceramistas que, associados ao grupo de panelleiras, integram a categoria de



mestres do ofício. As panelleiras e os artesãos da Associação conhecem as respectivas matérias-primas e procedimentos técnicos e executam, particularmente, a modelagem da panela com as mãos e depois com a cuia. Alguns deles têm auxiliares para realizar as primeiras e últimas etapas – a retirada e escolha do barro, o alisamento, a queima e o açoite da panela. As panelleiras são as responsáveis pela transmissão do

ofício às gerações descendentes, aos vizinhos interessados e, desde os anos 1990, a alunos das escolas municipais, convidadas pela Prefeitura de Vitória.

Alisadora

A alisadora realiza o polimento da panela depois de seca e antes da queima, utilizando uma pedra de rio – seixo rolado – para alisar a superfície interna e externa das peças. A tarefa é geralmente executada por parentas ou vizinhas das panelleiras, mediante pagamento.

Tirador de panela

Após a queima, este auxiliar retira a panela em brasa da fogueira com a pinça – vara comprida com dois ganchos (garras) na ponta – e a deposita junto à panelleira para que seja açoitada com a tinta de tanino. ■

AS ETAPAS DE PRODUÇÃO

A modelagem manual, o alisamento, a secagem, a queima e a aplicação de tintura de tanino marcam as etapas de produção das panelas de barro de Goiabeiras, explicitadas adiante, no processo do fazer.

Processando o barro

O preparo do barro para a fabricação das panelas é feito em duas etapas principais: a da extração e a da escolha. A primeira implica, além dos trâmites de licenciamento para a lavra da argila, o reconhecimento do barro bom a ser extraído, sua retirada com a enxada e a confecção das bolas, formato em que o material é transportado e vendido às panelas. A escolha do barro implica uma primeira limpeza, sua mistura com água e pisoteio, de modo a transformá-lo



em massa com boa plasticidade para a modelagem.

A modelagem

O barro escolhido é colocado sobre uma tábua. As panelas executam a *puxada* do barro com as mãos e depois com a cuia. A forma é dada com as mãos, puxando e levantando o bojo, definindo a concavidade e a espessura com a cuia e modelando a borda com as mãos. Com a faca

"PUXANDO" A PANELA.
FOTO: JOSÉ ALBERTO
JÚNIOR.

são retiradas as impurezas e com o arco, os excessos de argila.

As alças das tampas e as orelhas das panelas – pequenas *pegas* presas à borda – são feitas com roletes de barro e fixadas com os dedos. As panelas utilizam água para colar as orelhas e dar acabamento às panelas. Isto feito, as panelas são postas novamente para secar até o dia seguinte, quando será trabalhado o fundo. Na modelagem do fundo, a panela é retirada da tábua e virada; o fundo chato é arredondado pela remoção dos excessos com o arco; a superfície externa é alisada com a faca, utilizada na limpeza e acabamento da peça.

O alisamento

As panelas e as tampas, depois de secas e antes da queima, são polidas pelo atrito de seixos rolados (pedra de rio) interna e externamente.

“CAMA” DE LENHA
PARA A QUEIMA. FOTO:
JOSÉ ALBERTO JÚNIOR.

ABAIXO
AÇOITANDO A PANELA
COM A VASSOURINHA
EMBEBIDA NA TINTURA
DE TANINO. FOTO:
JOSÉ ALBERTO JÚNIOR.



Esta etapa pode ser realizada por auxiliares especializadas, geralmente mulheres, remuneradas ou não, parentas ou vizinhas. São as alisadoras.

A secagem

Etapa em que as tampas e as panelas já polidas são dispostas para secar no interior do Galpão, ou eventualmente ao sol, enquanto aguardam para serem queimadas.

A queima

As panelas secas são dispostas a céu aberto, emborcadas e apoiadas umas nas outras, embaixo as maiores, em uma “cama” de ripas e tábuas de madeira (sobras de construção) e cobertas com lenha seca. A fogueira atinge em torno de 600°C, sendo mantida por aproximadamente 30 minutos, variando conforme o tamanho

das panelas. Após a queima, as panelas são retiradas do fogo com uma vara com dois ganchos na ponta. A atividade exige força, destreza e precisão de movimentos, para evitar que as panelas se quebrem ou que as panelas se queimem.

O açoite

Esta é a fase da impermeabilização e pigmentação da panela com tinta de tanino, tirada da casca do mangue-vermelho, aplicada com a vassourinha de muxinga sobre as peças em brasa, assim que retiradas do fogo. Confere às panelas de Goiabeiras sua característica coloração preta e age como selante. ■

AS PANELAS



As panelas de barro de Goiabeiras tornaram-se conhecidas no país como as panelas de barro do Espírito Santo, constituindo um *souvenir* dos mais procurados. O principal produto é a tradicional frigideira circular com tampa de alça, onde são preparadas e servidas a moqueca e a torta capixaba, pratos típicos da culinária regional. Todas são feitas com o mesmo material e a mesma

ABAIXO
PANELAS TRADICIONAIS.
FOTO: JOSÉ ALBERTO JÚNIOR.

EMBAIXO
OUTROS FORMATOS.
FOTO: MÁRCIO VIANNA.



técnica, pouco variando no diâmetro, altura e formato. No universo pesquisado em 2001, a produção média era de 14 panelas com tampa por dia, por cada paneleira, e a média de panelas produzidas por semana, pelo conjunto das 49 panelleiras entrevistadas chegava a 3.400 peças. Dados de abril de 2006 mostram que, com a intensiva participação dos auxiliares, chegou-se a uma média de 30 panelas por paneleira, indo a 600 o número de panelas produzidas por dia no Galpão.

O formato frigideira é o mais vendido para os restaurantes, nos tamanhos para duas e quatro pessoas, com diâmetros entre 22 e 28 cm respectivamente. A panela mais alta é o caldeirão, utilizado para sopa ou feijão. A de altura média é usada para o pirão, o arroz

de marisco, galinhada e outros pratos com caldo. Como portavozes da cultura capixaba, e formadoras de opinião, as panelleiras dizem que se “pode cozinhar qualquer coisa na panela de barro, mas peixe e marisco **só podem ser** na panela de barro”.

As panelas são feitas de diferentes tamanhos e alturas, com e sem tampa. São feitas também assadeiras, travessas e outros formatos sob encomenda. As panelleiras gostam de vender a panela casada, isto é, duas panelas conjugadas, sendo a menor dentro da maior – *mãe e filha*. Constata-se o emprego da técnica em crescente variedade de panelas com outras formas – miniaturas, ovais, com elementos decorativos – além de outros objetos utilitários e ornamentais como jarros, fruteiras, formas de pizza, cinzeiros e cofres. ■



NA PANELA

MOQUECAS E TORTA CAPIXABA

Capixaba que se preza só cozinha peixe em panela de barro. Feita por paneleira de Goiabeiras.

A moqueca capixaba é prato cozido à base de peixe ou frutos do mar, caracterizado pelos seguintes temperos: tomate, cebola, alho, coentro, azeite, limão e tintura de urucum, que lhe dá a cor característica. Come-se acompanhada de pirão e arroz. Receita da cozinha doméstica, trivialmente consumida em família, é servida às visitas e como especialidade de inúmeros restaurantes, em todo o Espírito Santo.

A panela vai ao fogo com azeite, um cisco de alho socado, cebola bem picadinha. Mexe de cá e de lá, e vai se fazendo uma cama de tomate e cebolinha, mais cebola, uns ramos de coentro – pouco, que não é moqueca de coentro

que se está cozinhando, ao contrário do que ensinam as panelleiras – e aí se deitam as postas de peixe e, sobre elas, um pouquinho de sal, um pouco de caldo de limão, um fio de azeite doce colorido com a tinta que as sementes de urucum soltaram no azeite quente. E aí tem segredo e magia, das grandes. Se não souber fazer, a cor evapora, explodindo numa nuvem vermelha que desaparece no ar.

Na panela vão se repetindo as camadas, duas ou três no máximo: tomate, cebola, o peixe, os temperos, o azeite de urucum. Nada de água, que não se põe água em moqueca. Depois de tudo, coloca-se a tampa e leva-se a cozinhar no fogo baixo, cuidando para não deixar agarrar no fundo. Esse é outro segredo que ninguém ensina: de vez em quando é preciso

ÁRVORE DE URUCUM.
FOTO: TADEU VEIGA.

PÁGINA AO LADO
MOQUECA, ARROZ E PIRÃO.
FOTO: HUMBERTO CAPAI /
WWW.USINADEIMAGEM.COM.BR



TORTA CAPIXABA COM
SEUS INGREDIENTES.
FOTO: HUMBERTO CAPAI /
WWW.USINADEIMAGEM.COM.BR



FRIGIDEIRA COM
TAMPA. FOTO: JOSÉ
ALBERTO JÚNIOR.

segurar a panela pelas bordas, levantá-la do fogo e dar uma mexidinha, para soltar do fundo.

Esse modo de fazer aplica-se a qualquer moqueca de frutos do mar – mexilhão (que para os capixabas é sururu), carne de siri, camarão, lagosta, ostra e por aí vai. Sem esquecer a moqueca de banana da terra – que no Espírito Santo é um produto de altíssima qualidade, sempre muito doce. É invenção das últimas décadas, que funciona muito bem como acompanhamento das outras moquecas.

Para o capixaba, moqueca de peixe tem que ser acompanhada por pirão de farinha de mandioca. Prefere-se fazer pirão de cabeça de peixe com todos os temperos da moqueca, antes mencionados, porém um pouco reforçados, porque o pirão leva água. A cabeça cozinha até desmanchar. Depois se

côa o caldo e leva-se ao fogo para engrossar, com farinha de mandioca, mexendo sempre que é para não embolar.

A torta capixaba ou torta da Semana Santa é prato de forno, feito a partir de várias moquecas reunidas ou do refogado de mariscos variados, geralmente sururu, camarão, polvo, lula, siri, caranguejo, mais peixe fresco e bacalhau cozidos e desfiados, palmito e azeitonas. Essa torta não tem massa, é puro recheio. Na verdade, é uma grande fritada: os ovos batidos são jogados por cima da mistura de moquecas, enfeitados com rodela de cebola e azeitonas no meio. E assim vai ao forno, para assar. Receita apropriada pela cozinha doméstica, é preparada especialmente na Semana Santa, quando é servida em reuniões de família e da vizinhança. O palmito

tradicionalmente usado na receita era o da palmeira jussara, planta em extinção, nativa da Mata Atlântica, cujo corte está proibido pelos órgãos de proteção ambiental. Vem sendo gradativamente substituído pelo das espécies cultivadas açai, coco, pupunha e pelo palmito indaiá, também nativo e de corte controlado. Nessa época do ano é trazido em enorme quantidade para a cidade, transformando as áreas livres em grandes feiras do produto. Em virtude do apelo turístico, a torta capixaba tem sido oferecida em cardápio diário de restaurantes de todos os tipos e faixas de preço. ■





**O OFÍCIO
COMO OBJETO
DE REGISTRO**

PANELAS À VENDA.
FOTO: MÁRCIO
VIANNA.

PÁGINA AO LADO
RASPANDO E
ARREDONDANDO O
FUNDO DA PANELA
COM A FACA. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.

Em março de 2001, a Associação das Panelas de Goiabeiras apresentou ao Presidente do Iphan o pedido de Registro do Ofício das Panelas. A demanda pelo reconhecimento das panelas de Goiabeiras e do seu modo de fazer, já consagrado como ícone da identidade cultural do Espírito Santo, se expressava agora como reivindicação de um bem cultural a ser inscrito no repertório do patrimônio cultural brasileiro. Desde 1999 esta demanda vinha sendo apresentada ao Iphan, em forma de consultas, pelo Conselho Estadual de Cultura e pela Secretaria de Cultura do Município de Vitória, que pretendiam a proteção legal das panelas e das panelleiras.

Assim que foram instituídos os novos instrumentos de preservação, o Inventário Nacional



de Referências Culturais – INRC e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, pelo Decreto nº 3.551, em agosto de 2000, a então 6ª Sub-regional¹⁰ do Iphan deu início ao projeto de levantamento e sistematização de conhecimentos sobre a produção das panelas de barro de Goiabeiras, tendo em vista a abertura e instrução técnica do processo de Registro do Ofício das Panelleiras.

Na mesma época, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do Iphan, ao qual compete deliberar sobre os bens culturais a serem registrados, considerando ser este um instrumento novo, de aplicação pioneira, recomendou a realização de experiências-piloto, visando a testar os procedimentos administrativos de tramitação dos processos e os procedimentos técnicos para identificação e documentação dos bens culturais, nas quatro categorias – Celebrações, Formas de Expressão, Saberes e Lugares. Após a apresentação do pedido de Registro do Ofício pela Associação das Panelleiras de Goiabeiras e a Secretaria Municipal de Cultura de Vitória, este passou a ser um dos projetos-piloto que o Iphan executou diretamente. O processo,

LUCI BARBOSA SALLES
ALISANDO A PANELA
COM A PEDRA. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.



ATEANDO FOGO
À LENHA SOBRE
A "CAMA".
FOTO: MÁRCIO
VIANNA.

aberto em 26/03/2001, recebeu o nº 01450.000672/2002-50.

A reunião e a sistematização das informações sobre o ofício das Paneleiras de Goiabeiras, que compõem o processo e a descrição aqui apresentada, foram realizadas por meio do INRC, aplicado sob a supervisão do antigo Departamento de Identificação e Documentação, atual Departamento do Patrimônio Imaterial -DPI. A metodologia desse Inventário permitiu levantar, atualizar, sistematizar e documentar as informações pertinentes à descrição pormenorizada do ofício a ser registrado: sua origem e evolução histórica; seu contexto sócio-cultural de produção e consumo; matérias-primas empregadas; modo e etapas de produção; bens culturais associados;



referências documentais, bibliográficas e audiovisuais; significados atribuídos ao ofício por seus produtores e pela sociedade em geral.

Subsidiado com todas essas informações, e mais os pareceres favoráveis dos técnicos do Iphan e do Conselheiro Relator¹¹, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural apreciou e aprovou o pedido de Registro

do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras na sua 37^o reunião, em 21/11/2002. A inscrição no Livro de Registro dos Saberes foi feita em 20/12/2002, inaugurando mais que o Livro, o próprio instrumento do Registro. Em consequência, o Ofício das Paneleiras foi declarado Patrimônio Cultural do Brasil. ■



O PLANO
DE SALVAGUARDA

PÁGINA AO LADO

PANELAS ESPERANDO

A QUEIMA. FOTO:

JOSÉ ALBERTO JÚNIOR.

O reconhecimento das panelas de barro de Goiabeiras ultrapassa as fronteiras do Espírito Santo, sobretudo quando associadas à moqueca e à torta capixaba, pratos típicos da região. De utensílios domésticos, as panelas passaram à categoria de ícone da identidade cultural do estado.

Diferentemente de outros grupos produtores de bens culturais que, a despeito de sua relevância para a formação nacional, se encontram marginalizados da dinâmica social e econômica hegemônica, as paneleiras de Goiabeiras conquistaram, a partir dos anos 1980, a consciência de sua importância no processo de construção da identidade cultural regional. Essa consciência vem se manifestando na interlocução direta da Associação das Paneleiras

de Goiabeiras – APG com os poderes públicos, as empresas e a imprensa, em busca do atendimento às suas demandas.

A atividade das paneleiras tem sido muito apoiada e valorizada pelas instâncias políticas locais, numa promoção crescente de sua imagem e de seus produtos como ícones da identidade cultural capixaba. A construção do galpão da Associação e a disponibilização para o transporte do barro são exemplos do apoio da Prefeitura Municipal de Vitória. Programas de desenvolvimento do turismo, reforçados pelos meios de comunicação, têm incrementado a visita ao galpão da Associação e a participação das paneleiras em eventos fora do Estado, representando o Espírito Santo em diversas partes do País¹².

Desde então, os insumos e as atividades do ofício das paneleiras têm sido objeto de estudos, projetos e registros documentais

que vêm contribuindo para a continuidade, o aprimoramento e a divulgação de sua prática. Entre essas inúmeras e conseqüentes iniciativas, cujos resultados ainda podem ser observados, está o programa de educação ambiental *Panela de Barro*, uma tradição a ser mantida: estratégias para coleta sustentável da casca do mangue-vermelho, proposto e realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo em parceria com o Ibama, entre 1998 e 2000, orientando casqueiros e paneleiras a evitar a coleta predatória da matéria-prima da tintura de tanino.

O trabalho institucional do Iphan em favor da salvaguarda do ofício das paneleiras de Goiabeiras está voltado para o acompanhamento dos processos e das atividades tradicionais, bem como das ocorrências de



"CAMA" DE PANELAS
A SER COBERTA
COM LENHA PARA
A QUEIMA. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.

intervenções nas condições de produção, comercialização e promoção das panelas de barro. Exemplos de iniciativas desse tipo têm sido as do Sebrae, no desenvolvimento de embalagens para as panelas, e as festas anuais das paneleiras, com o apoio das instituições governamentais. O acompanhamento do Iphan tem balizado o apoio e o fomento a ações relacionadas à instrumentalização das paneleiras, assim como à implementação das condições necessárias à sustentabilidade de sua produção.

Desde o processo de inventário foram identificados diversos elementos essenciais do ofício das paneleiras, relativos a três grandes conjuntos de questões, igualmente fundamentais para a sua continuidade. O primeiro deles diz respeito ao acesso e à preservação

das fontes de matérias-primas, privilegiando o manguezal, fonte do tanino, e o barreiro, no Vale do Mulembá. O segundo refere-se às condições de infra-estrutura e de organização das atividades de produção e comercialização realizadas diretamente pelos ceramistas, na própria localidade de Goiabeiras Velha. O terceiro, por sua vez, está relacionado ao reconhecimento da participação dos artesãos e seus auxiliares tanto na economia regional como na construção da identidade cultural brasileira, na busca dos correspondentes direitos previdenciários.

Distribuídos entre essas grandes ordens de questões, estão presentes, ainda, aspectos relacionados às alterações nas condições tradicionais da prática do ofício, seja pela pressão da

crescente urbanização da área e da valorização cultural e turística do produto, seja pelas exigências relacionadas à lavra e coleta das matérias-primas. Nesse âmbito da salvaguarda, vêm sendo observados e tratados, pelas instituições públicas das instâncias municipal, estadual e federal, os seguintes pontos:

- o processo de trabalho, com a participação de um maior número de auxiliares e a crescente especialização de tarefas;
- as condições de acesso à jazida e de permissão para a extração do barro, com as implicações derivadas do cumprimento da legislação ambiental e mineral;
- o impacto da instalação e do projeto de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário no meio ambiente e sua associação à imagem do produto panela de barro;

- a previsão do impacto da possível mudança do local de extração do barro, dada a perspectiva do esgotamento da jazida, uma vez que o Vale do Mulembá é a única fonte historicamente conhecida da matéria-prima;

- o processo de urbanização de Goiabeiras Velha e a permanência das famílias de panelas no bairro;

- a ampliação do galpão e a manutenção da área de queima;

- o acesso às políticas públicas de saúde e aposentadoria, uma vez que as panelas precisam se manter em atividade até idade muito avançada;

- a capacitação e o fortalecimento da organização da categoria e as questões relativas às relações interpessoais, à liderança e à representatividade política, no âmbito da comunidade e da Associação das Panelas –

considera-se que a convivência entre as panelas, antes estabelecida nos territórios da família e da vizinhança, passou a ser também mediada pela hierarquia formalizada no estatuto da Associação;

- o valor cultural agregado pelo Registro e a afirmação da identidade do produto;

- o valor cultural agregado pelo Registro e a formação de preços dos produtos;

- a importância da certificação de origem do produto visando à sua proteção contra imitações da concorrência;

- problemas relativos à embalagem e transporte das panelas de barro.

Cada um desses aspectos apresenta relevantes desdobramentos, requerendo ações específicas para o seu encaminhamento e equacionamento.

PANELAS À VENDA
NO GALPÃO DA
ASSOCIAÇÃO. FOTO:
MÁRCIO VIANNA.



CARLOS ALBERTO DA
VITÓRIA TRABALHANDO
NO GALPÃO. FOTO:
JOSÉ ALBERTO JÚNIOR.



Embora identificadas, as questões pertinentes à salvaguarda do ofício precisam ser avaliadas, dimensionadas e re-elaboradas a partir dos interesses do grupo. É preciso considerar as limitações sociais e legais, suas expectativas e formas de percepção dos problemas, bem como sua instrumentalização para a participação na construção de alternativas que superem possíveis entraves à atividade, e ao reconhecimento e comercialização de seu produto.

Com esse entendimento, o Iphan buscou a parceria do Artesanato Solidário – Programas de Apoio ao Artesanato e à Geração de Renda – Central ArteSol, organização de interesse público que vem realizando oficinas sobre as características do associativismo, processos de formação de preços e certificação de produtos, a partir

PREÇOS EM 2001.
FOTO: MÁRCIO
VIANNA.



do diagnóstico das condições atuais de produção. Nessa mesma linha, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP, do Iphan, que desenvolve um trabalho permanente pela valorização dos artesãos e de seus produtos, vem contemplando oportunidades de promoção das panelas e de comercialização das panelas de barro.

Em favor da proteção das fontes de matérias-primas, foi efetivado pelo Iphan, a partir de 2004, o apoio à obtenção das licenças para extração da argila junto ao órgão ambiental estadual. Nesse mesmo sentido, em 2005, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente implementou programa de educação ambiental para a preservação da margem do manguezal, área onde é depositada a lenha e feita a queima das panelas.

Ainda com relação à jazida de barro no Vale do Mulembá, está em processo uma parceria com o Centro de Tecnologia Mineral – Cetem, órgão direcionado ao desenvolvimento, adaptação e difusão de tecnologias minero-metalúrgicas, de materiais e de meio-ambiente, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Por meio dessa parceria, o Iphan pretende aprofundar e difundir junto às panelas, aos trabalhadores da atividade e aos demais interessados, o conhecimento sobre a matéria-prima e suas condições de exploração e estocagem, na perspectiva da continuidade de seu fornecimento, ou mesmo, da identificação de material alternativo com características similares, de maneira a assegurar a salvaguarda do ofício.

Como estamos diante de um processo social dinâmico, o saber e o fazer das panelas de Goiabeiras necessariamente continuará a sofrer re-interpretações e re-significações ao longo de sua permanência.

A política de preservação dos bens culturais de natureza imaterial vai além, portanto, do Registro dos bens e do seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Brasileiro. Trata, igualmente, do compromisso do poder público em apoiar a produção e a continuidade dos bens registrados; o que está sendo feito por meio da construção e implementação de Planos de Salvaguarda, estabelecidos de forma conjunta e articulada com os produtores desses bens e demais parceiros empenhados na preservação cultural e na valorização social de todos os envolvidos. ■

NOTAS

1 Segundo Manaíra Abreu, no decorrer dos anos 1980, a indústria turística consagrou a panela de barro por meio de campanhas publicitárias, associando sua imagem à da moqueca e da torta capixabas, num processo que acabou por transformá-la em ícone da cultura regional. ABREU, Manaíra.

Isto não é uma panela. Vitória: UFES, 2001. Monografia

2 PEROTA, Celso et al. *As paneleiras de Goiabeiras.* Vitória: Secretaria Municipal de Cultura de Vitória, 1997. P. 14.

3 SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce.* Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1974. P.55.

4 NEVES, Luis Guilherme Santos & PACHECO, Renato. *Torta Capixaba.* Vitória: Eldorado Comunicacties, 2002.

5 Congo é um auto popular brasileiro de temas africanos, com variações regionais. No Espírito Santo, as bandas de Congo são geralmente constituídas por um mestre e diversos tocadores. Apresentam-se com roupas e adereços típicos; têm ritmo, estrutura melódica e instrumentos musicais característicos, entre os quais se destacam o tambor de congo e a casaca, espécie de reco-reco com cabeça antropomorfa. Manifestação popular presente na festa “profana” das celebrações religiosas católicas, notadamente de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito; objeto de estudo de folcloristas e de pesquisadores das expressões regionais; recentemente revitalizado por campanhas de valorização da identidade capixaba, tem sido

apropriado como fonte de inspiração por compositores e instrumentistas contemporâneos. Constata-se um crescimento significativo no número das bandas de Congo na região metropolitana de Vitória.

6 O Inventário de Referências Culturais de Goiabeiras (INRC/IPHAN) foi a metodologia aplicada, em 2002, para produzir e sistematizar o conhecimento e a documentação necessários à instrução técnica do processo de Registro do Ofício das Paneleiras.

7 DIAS, Carla Costa. *A tradição nossa é essa, é fazer panela preta: produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras, Vitória do Espírito Santo.* Rio de Janeiro, 1999. 223 p. Dissertação de Mestrado.

8 Mangue-vermelho, *Rhizophora mangle*, planta com que é feita a tintura de tanino.

9 A ceramista Cristina Oliveira, de Vitória, relatou que é impossível trabalhar com aquele barro no torno. Ela tentou e suas mãos sangraram, cortadas pelos pedriscos que a argila contém.

10 Esta sub-unidade era subordinada à 6ª Superintendência Regional, sediada no Rio de Janeiro. Em 2004, foi criada a 21ª Superintendência Regional, com sede em Vitória e jurisdição no Estado do Espírito Santo. O mesmo decreto extinguiu o antigo Departamento de Identificação e Documentação – DID, e criou o Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI, ao qual compete gerir a aplicação do Registro, do INRC

e a implantação dos Planos de Salvaguarda dos Bens Culturais Registrados.

11 O parecer do relator Luis Fernando Duarte, antropólogo do Museu Nacional, está disponível nos Anexos desta publicação.

12 Inventário do Ofício das Panelas de Goiabeiras; Ficha de Identificação: Ofícios e Modos de Fazer – F60; item 16.3.2; IPHAN, 2001. ■

PANELAS E TAMPAS
SECANDO AO SOL,
ANTES DA QUEIMA.
FOTO: MÁRCIO
VIANNA.



BIBLIOGRAFIA

- A TRADIÇÃO das panelas de Goiabeiras está morrendo. *A Gazeta*. Vitória, 16 abr. 1985. Cad. Dois.
- ABREU, Manaira Frota de. *Isto não é uma panela*. Vitória, 2001. Monografia de Conclusão de curso, apresentada ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo do Curso de Comunicação Social.
- ABREU, Tereza Carolina Frota de Abreu. Panela, caldeirão e frigideira: o ofício das panelas de goiabeiras. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 147, 2001. P. 123-8.
- AGUIAR, Sandra. Panelas de barro no mapa: pesquisadores da Funarte descobrem as panelas e preparam catálogo e exposição. *A Gazeta*. II mar. 1996. Cad. Dois.
- ALBUQUERQUE, Marcos (1934). Reflexões em torno da utilização do anti-plástico como elemento classificatório da cerâmica pré-história. *CLIO – Série Arqueológica* 6. Recife, UFPE. P. 109-112.
- ALMEIDA, Paulete de Oliveira. *Do manguezal à panela de barro*. Vitória, 1997. Monografia apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo do Curso de Arquitetura e Urbanismo, cópia.
- ALVES, Claudia; LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana (1991). *A Cerâmica pré-histórica brasileira: novas perspectivas analíticas*. *CLIO – Serie Arqueológica*, 7 v. I. Recife, UFPE.
- ALVES, Marcia Angelina. (1991). *Culturas ceramistas de São Paulo e Minas Gerais: estudo tecnotipológico*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 1:71-96.
- ARTESANATO: as panelas de barro não serão feitas. *A Gazeta*. Vitória, 18 abr. 1976.
- ARTESANATO capixaba. Vitória, Prefeitura de Vitória. Secretaria de Turismo, [s.d.].
- ARTESANATO e panela de barro. *A Gazeta*. Vitória, 25 maio 1983.
- ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. [Carta] 23 dez. 1992. Vitória [para Sr. Angelo Segatto, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Vitória. If. Desistência de quiosque na Praça dos Desejos, assinado pela Presidente

- da Associação, Marinete Correia Loureiro.
- ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. [Ofício n.º 06/91] 18 mar. 1991, Vitória [para] Exmo. Sr. Dr. Albuino Cunha de Azeredo, Governador do Estado do Espírito Santo, Vitória. Ip. Solicita audiência para tratar sobre o Barreiro. Cópia.
- ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. Relação das pessoas autorizadas a retirar o barro em área de propriedade da Cesan localizada em Joana d'Arc. [Vitória, s.d.]. 1 f. Cópia.
- BAPTISTA, Jussara. Estação de esgoto assusta paneleiras: elas participam de reunião com a Cesan para negociar a construção. *A Gazeta*. Vitória, 4 mar. 2001. P.15.
- _____. Paneleiras recolhem assinaturas em feira. *A Gazeta*. Vitória, 18 mar. 2001. Grande Vitória. P.18.
- BICALHO, Leonardo. Hoje tem forró na festa das paneleiras. *A Tribuna*. Vitória, 27 jul. 2000. Cad. Cidades, p. 10.
- BRAVIN, Adriana. Paneleiras de Viana querem divulgação. *A Gazeta*. Vitória, 11 ago. 2002. Grande Vitória. P. 19.
- _____. Paneleiras de Viana querem divulgação. *A Gazeta*. Vitória, 11 ago. 2002. Grande Vitória. P. 19.
- _____. Patrimônio Imaterial. *A Gazeta*. Vitória, 3 ago. 2002. Opinião. P. 4.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS. Requerimento n.º GPC – 045/93 de 20 dez. 1993. Vitória [para] Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Vitória. 3f. Discutir sobre a instalação de Estação de Tratamento de Esgoto no Vale do Mulembá com estudos de impacto ambiental, ou seja, não contaminação do solo.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Parecer ao Projeto de Lei n.º 70/91. Vitória, 1 mar. 1993. A Comissão de Justiça emitiu parecer favorável ao Projeto, que foi encaminhado à Presidência da Câmara.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Projeto de Lei n.º 70/91, de 10 de abril de 1991. Institui no município de Vitória, o *Dia das Paneleiras*, a ser comemorado anualmente em 07 de julho. Vitória, 10 abr. 1991. Projeto do vereador Marcio Calmon.
- CAPIXABA *workmanship*. Vitória, Secretaria do Estado do Bem Estar Social/Casa do Artesão Capixaba, [s.d.].
- CASTILHO, Marcia. Prodesan é embargado no Vale do Mulembá. *A Gazeta*, Vitória, 23 out. 2001.
- CAVALIERE, Ronald. Moqueca Capixaba. *A Gula*, n.º 10 [s.d.].
- CESAN procura jazida de barro para paneleiras. *A Gazeta*. Vitória, 10 mar. 1994.
- CESAN, ES. Termo de Acordo n.º 001/94, Proc. 01-92-01058, de 28 fev. 1994. Termo de Acordo que entre si fazem a Companhia Espírito Santense de Saneamento – Cesan, o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente – Seama, de um lado e, de outro, a Associação de Paneleiras de Goiabeiras.
- CESAN, ES. Termo de Compromisso n.º 001/94, Proc. n.º 01-93-02103, de 21 fev. 1994. Termo de Compromisso que entre si fazem o Governo do Estado do

- Espírito Santo, a companhia Espírito Santense de Saneamento – Cesan e o Movimento Comunitário do Bairro Joana D’Arc.
- CHAVES, Guta. Sabores. *A Gula*, nº 80, jun. 1999.
- CRISTINA, Gloria. O consciente ofício de quem mantém viva a arte regional. *A Tribuna*. Vitória, 21 set. 1980.
- _____. Panela de barro: reminiscência de um passado que a indústria ainda não apagou. *A Tribuna*. Vitória, 28 ago. 1983.
- DAHER, Marlusse Pestana. Panelleiras. *A Gazeta*. Vitória, 25 jun. 2001. I. cad., p. 5.
- DECRETO nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 Art. 1º ao Art. 9º – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
- DIAS, Carla Costa. *A tradição nossa é essa, é fazer panela preta: produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras, Vitória do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1999. 223 p., Dissertação de Mestrado.
- DORIA, Helio. Panela de barro. *A Gazeta*. Vitória, 15 fev. 2002. Cad. Dois, p. 5.
- _____. E do barro se fez a panela... *A Tribuna*. Vitória, 11 abr. 1996
- ESPÍRITO Santo: mais bonito do que você imagina. Vitória, ENCATUR, [s.d.] (Cozinha capixaba, 1).
- ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. Cartório de Registro Civil, Pessoas Físicas e Jurídicas. Comarca da Capital – Vitória – ES, 07 de julho de 1987.
- FEIRA Nacional do Artesanato de Barro: FEBARRO. Vitória, SEIC. Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, 1985.
- FESTA com forró e 2 mil panelas de barro. *A Tribuna*. Vitória, 8 ago. 2002. Cidades, p. 10.
- FRANK Aguiar na festa das panelleiras. *A Tribuna*. Vitória, 7 ago. 2002. Cidades, p. 7.
- FRIAS, Lena. Panelleiras, a arte que nasce da lama. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 dez. 1976.
- FRIZZERA, Rose. Panela de barro vira patrimônio histórico: *A Tribuna*. Vitória, 10 jan. 2002.
- GALVEAS, Kleber. Panelas capixabas. *A Tribuna*. Vitória, 19 jul. 2000.
- GOMES, Sheila Machado. Análise individual da Associação das Panelleiras de Goiabeiras, Vitória, UFES/Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Comunicação Social, 2000. 6 p. Monografia.
- GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 3690-E, de 25 de janeiro de 1988. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação área de terra destinada à implantação de Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 26 jan. 1988. p.3. Cópia.
- GOVERNO ignora prefeitura e manda iniciar obras do Prodesan em Vitória. *A Tribuna*. Vitória, 3 out. 2001. Cidades, p. 8.
- JOANA d’Arc ganha estação de esgoto. *A Gazeta*. Vitória, 6 mar. 1994.
- LAMBERT, Letícia, BAITELLA, Luciano, GOMES, Sheila Machado. *Comunicação comunitária: análise da Associação das Panelleiras de Goiabeiras*. Vitória, UFES/Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Comunicação Social, 2000. 8p. Monografia.

- LEVI-STRAUSS, Claude. *A Oleira ciumenta*. Lisboa: Edições 70, 1987. (Coleção: Perspectiva do Homem – As Culturas das Sociedades).
- MALTA, Luiz Alberto. Artesanato das panelleiras vai estar em exposição. *A Tribuna*. Vitória, 29 jul. 1993.
- MARANCA, Silvia. (1977) Considerações gerais sobre a distribuição da indústria lítica e cerâmica do sítio da Aldeia da Queimada Nova, Estado do Piauí. *Revista do Museu Paulista*, v. XXIV. São Paulo, p. 119-211.
- MAURO, Max. Salvamos o Mulembá. *A Gazeta*. Vitória, 17 mar. 2001. Cad. Opinião. P. 4.
- MEGGERS, Betty J. & MARANCA, Silvia (1980). Uma Reconstituição Experimental de Organização Social, Baseada na Distribuição de Tipos de Cerâmica num Sítio Habitação da Tradição Tupi Guarani. *Pesquisas*. Série Antropologia, n. 31. São Leopoldo, p. 186-227.
- MENDES FILHO, Alvarito. Um símbolo da cultura popular: a panela de barro é suporte para o preparo da moqueca. *A Gazeta*. Vitória, 31 jul. 1997. Cad. Dois.
- MORADORES saem em defesa das panelleiras. *A Tribuna*. Vitória, 13 mar. 2001. Cad. Cidades.
- NEVES, Guilherme dos Santos & PACHECO, Renato José da Costa. *Índice do folclore capixaba*. [s.l.], [s.ed.], 1994.
- _____. *Dos comes e bebes do Espírito Santo a culinária capixaba no Hotel da Ilha do Boi*. Rio de Janeiro, SENAC, c. 1997.
- NEVES, Luis Guilherme Santos. *Folclore brasileiro: Espírito Santo*. [s.l.], MEC; FUNARTE, 1978.
- _____. *Folclore capixaba*. [s.n.t.].
- NEVES, Luis Guilherme Santos & PACHECO, Renato. *Torta Capixaba*. Vitória: Eldorado Comunicacties, 2002.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, ES. [Carta] 26 fev. 1994. Vitória [para] Associação das Panelleiras de Goiabeiras, Vitória. 2p. Resposta à solicitação das Panelleiras feita a OAB para participar e opinar sobre a assinatura do Termo de Acordo com a Cesan.
- PACHECO, Renato José. Cerâmica popular em Vitória. *Folclore*. Vitória, set-out 1953.
- PANELA de barro: o prato típico capixaba. Associação das Panelleiras de Goiabeiras. [s.d.].
- PANELA de barro: uma tradição a ser mantida. Vitória, UFES/IBAMA.
- PANELA de barro, uma tradição a ser mantida: estratégias para coleta sustentável da casca do mangue vermelho. Vitória, UFES/IBAMA, 2000.
- PANELAS com rock na noite de Goiabeiras. *A Tribuna*. Vitória, 30 jun. 1998. Cad. Cidades.
- PANELAS de barro: IV séculos de tradição. Vitória, Associação das Panelleiras de Goiabeiras; Minc; Fundação Cultural Palmares.
- PANELAS de barro são atração em Brasília. *A Gazeta*. Vitória, 2 jul. 1992. Cad. I, p. 16.
- PANELAS de Goiabeiras. Rio de Janeiro, Minc/Funarte, 1998.
- PANELEIRAS: a difícil arte do barro capixaba. Vitória, DEC, [s.d.]. Painel de Promoção Cultural.
- PANELEIRAS: está morrendo o maior artesanato capixaba. *A Gazeta*. Vitória, 12 out., 1980.
- PANELEIRAS de Goiabeiras: estudos ambientais, origem da argila, prospecção técnica, pesquisa de campo, comercialização e importância sócio-cultural. Vitória, APR – Assessoria, Projetos e Representações Ltda., [1993].

- PANELEIRAS esperam vender 25% a mais. *A Notícia*. Agora. Vitória, 26 nov. 2000.
- PANELEIRAS podem ir para o *Guinness Book*. *A Gazeta*. Vitória, 1 ago. 1997.
- PANELEIRAS querem atuar em área de Joana d'Arc. *A Gazeta*. Vitória, 22 jun. 1993.
- PANELEIRAS vão à Justiça. *A Gazeta*. Vitória, 9 mar. 2001. Grande Vitória, p.12.
- PANELEIRAS vencem briga pelo Vale do Mulembá. *A Tribuna*. Vitória, 28 mar. 2001. Cad. Cidades, p.9.
- PATRIMÔNIO Imaterial. *Folha da Memória*. Natal, v.5, n.26, jul./ago. 2000.
- PAYSAN, Tatiana. Panelas de barro ganham selo oficial. *A Gazeta*. Vitória, 10 ago. 2001. Grande Vitória. P. 13.
- PEROTA, Celso et al. *As panelleiras de Goiabeiras*. Vitória, Secretaria Municipal de Cultura, 1997. 40 p., il. (Memória viva; 5).
- PESSOA, Claudney. Festa das Panelleiras atrai 25 mil. *A Gazeta*. Vitória, 3 ago. 1998.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1974.
- TARDIN, Neyla. Panela de barro vira patrimônio nacional. *A Gazeta*. Vitória, 8 ago. 2002. cad. Dois, p. 4.
- TRABALHO das panelleiras está ameaçado. *A Gazeta*. Vitória, 17 mar. 1991.
- VILAÇA, Adilson. A vingança dos enfezados: a nossa moqueca corre o risco de perder o cristal de seu cálice. *A Gazeta*. Vitória, 18 mar. 2001.
- WALDECK, Guacira (org.). *Dar de comer: panelas de barro de Goiabeiras*. Rio de Janeiro, FUNARTE/CNFCP, 1996. 28p., II. (Sala do artista popular; 62)
- XII Feira das Panelleiras. Vitória, Associação das Panelleiras de Goiabeiras; Cesan; Secretaria de Estado do Turismo e Representação Institucional; Secretaria de Estado do Transporte e Obras Públicas, 2001.

REFERÊNCIAS
DOCUMENTAIS
ANEXADAS
AO PROCESSO
DE REGISTRO

Monografias

ABREU, Manaira Frota de. Isto não é uma panela. Vitória, abr 2001. Monografia de conclusão de curso, apresentada ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo do Curso de Comunicação Social.

DIAS, Carla Costa. A tradição nossa é essa, é fazer panela preta: Produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras – Vitória do Espírito Santo, Vitória do Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1999. 223 p., Dissertação de Mestrado.

Relatório Técnico

PANELA de barro, uma tradição a ser mantida: estratégias para coleta sustentável da casca do mangue vermelho. Vitória, UFES/IBAMA, 2000.

Publicação não seriada

TORTA capixaba. Fotos Alex Krusemark; texto Luiz Guilherme Santos Neves e Renato Pacheco. Vitória, Eldorado Comunicacties, 2002.

Folhetos

ACARTE— Associação Capixaba de Artesãos. SEBRAE, [s.d.].

PANELA de Barro: o prato típico capixaba. Associação das Panelleiras de Goiabeiras. [s.d.].

PANELA de barro: uma tradição a ser mantida. Vitória, UFES/IBAMA, [s.d.].

PANELAS de Barro, capixaba há séculos. Associação das Panelleiras de Goiabeiras. [s.d.].

PANELAS de Barro: IV séculos de tradição. Associação das Panelleiras de Goiabeiras. [s.d.].

PANELAS de Barro: IV séculos de tradição. Vitória, Associação das Panelleiras de Goiabeiras; MinC; Fundação Cultural Palmares, [s.d.].

PANELEIRAS de Goiabeiras: “Panela de barro, raiz da cultura capixaba”.

**ARTESÃOS
CADASTRADOS
NA ASSOCIAÇÃO
DAS PANELEIRAS
DE GOIABEIRAS -
2006**

- 1 Adelaide Lucidato dos Santos
- 2 Ademilson Rodrigues
- 3 Adriana Machado Soares
- 4 Alceli Maria Rodrigues*
- 5 Aldir Corrêa Campos*
- 6 Alexandre Moura da Silva
- 7 Amélia Pereira Freitas
- 8 Arcelene Rodrigues
- 9 Belmo Luiz Lucidato
- 10 Berenícia Corrêa Nascimento*
- 11 Bernadete da Victória
- 12 Bernanci Gomes Ferreira*
- 13 Carlos Alberto da Vitória*
- 14 Carlos Barbosa dos Santos*
- 15 Cecília de Jesus Santos*
- 16 Cícero Moura da Silva
- 17 Cíntia Barbosa Salles
- 18 Débora Keila Barbosa Corrêa
- 19 Delci Salles da Silva
- 20 Dionara Alvarenga Siqueira
- 21 Domingas Corrêa da Victória
Fernandes*
- 22 Domingas Corrêa Santana
- 23 Dulcinea Jesus da Silva*
- 24 Egídia Nascimento
- 25 Elizete Salles dos Santos*
- 26 Eloiza Helena Ferreira Lucidato
- 27 Eonete Alves Corrêa
- 28 Eonetes Fernandes dos Santos*
- 29 Eronildes Corrêa Fernandes*
- 30 Evandro Rosa Rodrigues dos
Santos
- 31 Evanilda Fernandes Corrêa
- 32 Flávio Fernandes
- 33 Florina Maria Moura da Silva
- 34 Gecy Alves Corrêa
- 35 Genilda Ferreira Lucidato*
- 36 Gilda Gomes Campos*
- 37 Grazielle Dias Corrêa
- 38 Hilda do Nascimento*
- 39 Ilza dos Santos Barbosa*
- 40 Inete Gomes Pereira
- 41 Ione Costa Monteiro da Silva
- 42 Irene Chepa Fernandes
- 43 Irene Honório Rangel
- 44 Irineu Florentino Meneses
- 45 Ivone Ribeiro*
- 46 Ivonei Barbosa*
- 47 Izabel Corrêa Campos
- 48 Jakeline Gomes
- 49 Jamilda Alves Rodrigues Bento
- 50 Janete Alves Rodrigues*
- 51 Janete Gomes Inocêncio
- 52 Jecilene Alves Corrêa
- 53 João Farias
- 54 Joelita Dias Rosa
- 55 Jorge Gomes Luiz
- 56 José Cícero Honório de Moura
- 57 José Honório
- 58 José Moura da Silva
- 59 Josélia Dias Corrêa*
- 60 Josimere Lima Lucidato
- 61 Joyce Alves Corrêa
- 62 Juarez Moura da Silva
- 63 Jucileida Barbosa*
- 64 Lailson Gomes Ferreira
- 65 Laureci Lucidato da Victória*
- 66 Lauriete da Vitória Pinto*
- 67 Leoni Ribeiro*
- 68 Letícia Pereira Cunha
- 69 Lídia Alvarenga de Siqueira
- 70 Liceia Alvarenga de Siqueira*

71 Luci Barbosa Salles*
72 Lúcia Nascimento Corrêa*
73 Luciete Lucidato da Vitória*
74 Lucila Nascimento Corrêa
75 Lucilina Lucidato de Carvalho*
76 Lúcio Alves Rodrigues
77 Magnólia da Penha
78 Márcia Ferreira de Jesus
79 Marcos Roberto Florentino
de Meneses
80 Margarida José de Souza
81 Margarida Lucidato Ribeiro*
82 Maria Conceição Gomes
Barbosa*
83 Maria da Glória Ferreira
84 Maria da Penha da Silva Pereira
85 Maria da Penha Santana Rosa
86 Maria Dalva Carlos Salles
87 Maria de Jesus de Moura
88 Maria do Nascimento Jesus
de Moura
89 Maria Honório de Meneses
90 Maria Romeu
91 Maria Serino dos Santos*

92 Marinete Corrêa Loureiro*
93 Marlene Corrêa Alves
94 Marly Barbosa*
95 Melquíades Alves Corrêa da
Vitória Rodrigues*
96 Nilceia Alvarenga Ambrózio*
97 Palmira Rosa de Siqueira
98 Pedro Assioli Pereira
99 Poliana Paula da Silva
100 Priscila Barbosa Salles*
101 Rejane Corrêa Loureiro*
102 Rogério Gomes
103 Ronildo Alves Corrêa*
104 Rosemary Loureiro Amorim*
105 Samarone Ribeiro*
106 Sandra Ribeiro
107 Sheila Dias Corrêa*
108 Silvana Rosa*
109 Sônia dos Santos Conceição*
110 Sônia Ribeiro
111 Tânia Maria Lucidato Medina
112 Valda da Victória Lucidato*
113 Valdelicia Salles de Souza*
114 Valdete Maria Mahen*

115 Valdinéia da Victória Lucidato
116 Valéria Teodoro Barbosa
117 Waldemar Assiole da Silva
118 Wanessa Alves Lucidato

* Todos os nomes assinalados são de ceramistas (paneleiras) entrevistados pelo Inventário de Referências Culturais do Ofício das Paneleiras, em 2001. Além desses, foram entrevistados os tiradores de barro Jose Carlos Ambrosio (também ceramista paneleiro) e Genivaldo Alves Correa; as alisadoras Lidiane Silva Santos, Dulcineia Jesus da Silva, Priscila Barbosa Sales e Simone Theodoro; o comerciante e ceramista ocasional Arnaldo Gomes Ribeiro Filho; o escolhedor de barro Douglas Correa Campos; o casqueiro Eraldo Correa Fernandes e o tirador de panela Wagner Gomes Ricardo.

PROCESSO DE
REGISTRO
DE PATRIMÔNIO
IMATERIAL
“OFÍCIO DAS
PANELEIRAS DE
GOIABEIRAS”

Conselho Consultivo
do Patrimônio
Cultural / IPHAN
Processo
01450.000672/2002-50

Parecer

Este é o primeiro processo relativo ao Registro de Patrimônio Imaterial a vir à decisão deste Conselho Consultivo. Trata-se, portanto, de ocasião eminente, revestida de caráter ritual, como soem ser as primeiras ocorrências dos atos humanos socialmente relevantes. Essa eminência é certamente devida ao aspecto mais geral de ampliação do conceito de patrimônio cultural de nosso País – e tudo o que toca a dimensão crucial da identidade nacional deve merecer particular reverência de todos e cada um dos cidadãos. É também, mais circunstancialmente, eminente no contexto político-administrativo, uma vez que coroa esforços persistentes da atual gestão do Ministério da Cultura e do Iphan de levar a bom termo a aplicação dos preceitos constitucionais de

1988 relativos ao patrimônio cultural nacional. É eminente, por fim, em função das circunstâncias internacionais que têm levado a Unesco a se dedicar sempre mais denodadamente à promoção do conceito de *patrimônio imaterial* e a proclamar, inclusive, este ano de 2002 como o *Ano para o Patrimônio Cultural*.

A ocasião é propícia, assim, para que se evoque – ainda que sumariamente – algumas das circunstâncias e parâmetros que balizam as nossas possibilidades de decisão no caso específico em questão.

A legislação nacional a respeito do *patrimônio imaterial* foi ensejada pelo texto da atual Constituição Federal e se cristalizou na legislação ordinária por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Esse diploma legal representava a

culminação de numerosas iniciativas desencadeadas no âmbito do Ministério da Cultura visando a definir uma nova instituição componente da política de patrimônio cultural nacional.

Essa nova instituição pode ter sua história contemporânea retrçada a uma grossa meada de atos premonitórios, precedentes ou preparatórios. Nos diversos documentos oficiais que hoje constituem a memória da criação desse mecanismo, evoca-se eventos nacionais e internacionais (cf. sobretudo, MinC, 2000 e Londres, 2002). Na primeira série, registra-se o anteprojeto elaborado por Mario de Andrade para a criação do Iphan, em 1936, que previa o acolhimento das expressões populares na atenção ao processo de formação da identidade cultural nacional. E, a partir daí, a criação

da Comissão Nacional do Folclore em 1947, de onde se originaria, nos anos 1960, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, hoje na Funarte; a própria Constituição Federal de 1988 (que trata da matéria em seus artigos 215 e 216); o Seminário promovido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia em 1989 sobre um *registro especial* de patrimônio; o Seminário Internacional sobre o Patrimônio Imaterial realizado por convocação do Iphan em 1997, e – finalmente – a constituição de uma Comissão no âmbito do Iphan para apresentar proposta de regulamentação da matéria, em 1998, acompanhada da criação de um Grupo de Trabalho de apoio técnico ao trabalho de regulamentação (o GTPI/ Iphan).

Na série internacional, trata-se de evocar, sobretudo, as iniciativas

oriundas da Unesco, tais como a Convenção sobre Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972; a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989; a Proclamação das 19 Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, 2001; e a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001. Também a Carta de Veneza, de 1964, pode ser inserida nesse contexto internacional favorecedor de uma maior atenção formal aos componentes vivos, processuais, da identidade e do patrimônio culturais.

Não se pode deixar de evocar que as duas séries se encontraram, inclusive, ritualmente, no Rio de Janeiro, em janeiro deste ano, com a realização da *Reunião Internacional sobre o patrimônio cultural imaterial: o papel da*

Unesco e os domínios de ação prioritários, em que teve particular preeminência a discussão da experiência brasileira a respeito (cf. Matsuura, 2002).

Diversos desafios se apresentaram no processo de institucionalização da matéria. Vários deles foram de natureza conceitual. O primeiro se expressava na própria hesitação terminológica envolvida: patrimônio intangível, tradicional, popular, oral, imaterial etc. Tratava-se propriamente da dificuldade de uma definição mais precisa para as fronteiras e características distintivas do novo instituto, mesmo quando se tinha uma quase absoluta concordância quanto à necessidade de incluir no conceito de *patrimônio* algo mais além do tradicional *monumento de pedra e cal*.

O segundo embaraço se apresentava quanto à forma de *salvaguarda* a instituir no caso de

processos sócio-culturais vivos, ativos, dinamicamente distintos dos *monumentos nacionais*.

O terceiro embaraço era constituído pela definição da autoridade legítima para a proposição do processo de *registro*. Discutiu-se amplamente a conveniência de acolher propostas provenientes de pessoas físicas, tanto quanto de pessoas jurídicas.

O quarto embaraço se configurava no tocante às formas de articulação de uma eventual salvaguarda de práticas sociais ou *monumentos vivos* com a lógica do mercado capitalista hegemônico nas sociedades modernas, particularmente sob a forma de direitos de *propriedade intelectual* dotados de valor de troca.

Dos quatro, apenas o segundo e o terceiro puderam ser até agora definidos plenamente no formato

jurídico e administrativo adotado pelo Estado brasileiro para a regulação da matéria. Decidiu-se, em primeiro lugar, adotar uma linha de salvaguarda de cunho diverso do que se aplica ao patrimônio material, enfatizando-se o *registro* (no lugar do tradicional *tombamento*), com concomitantes dimensões de *inventário*, *documentação*, *apoio financeiro*, *difusão do conhecimento* e *proteção à propriedade intelectual* (MinC, 2000:13).

Em segundo lugar, decidiu-se reservar a iniciativa de apresentação de propostas às pessoas jurídicas (governamentais ou civis), no intuito de sublinhar a dimensão imediatamente coletiva dos interesses sociais investidos nas práticas a *registrar*.

No tocante ao primeiro embaraço, decidiu-se privilegiar na legislação, sobre todas as demais,

certamente por boas razões, a expressão *imaterial* e cometer à experiência mesma de sua aplicação ao fluxo da vida social a melhor e paulatina definição das fronteiras conceituais. Isso não se fez sem considerável esforço de aproximação de definições sistemáticas, refletido, sobretudo, na categorização de quatro Livros para esses registros: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. Como o Decreto instituinte prevê, porém, a possibilidade de abertura de outros *livros*, percebe-se o quanto a matéria dependerá do contínuo engenho e arte dos técnicos do Iphan e dos integrantes do Conselho Consultivo ao tomarem suas decisões.

O terceiro embaraço também teve sua definição – declaradamente – adiada para o período e as condições de atualização do instituto na vida real, dadas as dificuldades

decorrentes da imbricação da matéria no horizonte jurídico-político contemporâneo mais amplo: o da regulação das novas frentes de direitos coletivos emergentes. A matéria é lindeira dos novos direitos ao patrimônio genético e importa em decisões nacionais inextricáveis das condições internacionais em que vêm se estabelecendo – com grandes tensões – essas novas relações, não-convencionais, entre mercado e propriedade.

Dada a novidade e complexidade do assunto, discutido em diversas reuniões do Conselho Consultivo, decidiu-se trabalhar com grande *prudência*, sobre algumas poucas propostas iniciais, cujos processos seriam instruídos exaustivamente, de acordo com o manual em vigor, em caráter mais claramente experimental do

que é habitual em procedimentos administrativos desse tipo. Os interessados nas nuances da matéria poderão sempre se beneficiar da leitura das atas deste Conselho, mormente as das sessões de 16 de agosto de 2001 e de 23 de novembro de 2001.

É nessas condições que se apresenta à discussão a presente proposta, inicialmente subscrita pela Associação das Paneleiras de Goiabeiras, de Vitória/ES, em 8 de março de 2001. O processo circulou inicialmente como o Dossiê de Estudos R. 01/01, tendo em 16 de outubro deste ano tomado o número em epígrafe.

Trata-se, do ponto de vista formal, de um processo extremamente bem documentado, cobrindo numerosos aspectos do fenômeno social em exame, o que mostra – já em si – o acerto da

imbricação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. História, fotografia, vídeos, bibliografia, plantas, *cd-roms*, todos os recursos técnicos de documentação estão aí combinados com os tradicionais pareceres técnicos da equipe do Iphan, sempre precisos e instrutivos.

Do ponto de vista substantivo, pouco poderia acrescentar à excelente argumentação desenvolvida no processo. Como diz o *aviso* oficial do Iphan: “Trata-se de prática artesanal enraizada na localidade denominada Goiabeiras Velha, área do bairro de Goiabeiras, situada na parte continental norte do município de Vitória, à beira do canal que banha o manguezal e circunda a Ilha de Vitória/ES, que utiliza apenas matérias-primas

existentes nas proximidades. A produção das panelas de Goiabeiras é parte de uma realidade eco-sócio-cultural construída historicamente pelos sucessivos grupos sociais que vêm ocupando aquela localidade, em suas relações de troca com o meio natural e com a sociedade envolvente. A panela de barro de Goiabeiras é modelada manualmente, queimada a baixa temperatura em fogueira a céu aberto e tingida com tintura de tanino. Em sua confecção é utilizado o barro de uma única jazida existente no Vale do Mulembá, localizado no noroeste da Ilha de Vitória. A tintura é extraída da casca da *Rhizophora mangle*, espécie nativa do manguezal que margeia a localidade. Originalmente compoñdo o cotidiano de aldeia indígena, posteriormente apropriada por descendentes dos

colonos e escravos que se fixaram na localidade, recentemente assumida como um ofício e meio de vida por famílias de Goiabeiras e finalmente reconhecida pela população capixaba como traço da identidade de sua cultura, a produção das panelas de barro guarda suas características originais praticamente inalteradas ao longo desse processo de sucessivas apropriações: o emprego de matérias primas sempre das mesmas procedências, a adoção dos mesmos procedimentos de trabalho e o uso de instrumentos rudimentares, obtidos ou confeccionados pelas próprias artesãs.”

Temos aí, como se vê, as principais características que se poderia esperar de um sistema de saberes práticos tradicionais com qualidades de um patrimônio nacional. Por um lado, os traços básicos da tradição: longo

enraizamento nas práticas das populações locais (é interessante citar, entre tantos outros sinais, a referência de Saint-Hilaire, em 1815), dependência e interação com os ecossistemas locais, forma de reprodução não-letrada ou não-erudita, reconhecimento coletivo como *tradição*. Por outro, os traços da representatividade cultural nacional: emblema explícito de uma comunidade cultural componente da formação nacional, como é a identidade capixaba, ou do Estado do Espírito Santo; símbolo – pelas suas características técnicas – da inter-relação entre as culturas nativas do atual território brasileiro e as culturas do Estado nacional criado pela colonização portuguesa com os aportes de migrantes africanos, asiáticos e de outros países europeus. Acresce-se à conveniência do *registro* desse ofício o

fato de estar no cerne de uma série bastante complexa de fenômenos culturais e identitários importantes para o segmento capixaba da formação nacional: culinária, ecologia, música, dança, e – por quê não incluir aqui? – movimento social.

Prática social viva, ativa, produtiva; integrada e representativa, sim, como tantas outras. Mas também enraizada no mundo popular e na memória do passado coletivo e – como tal – instrumental para o permanente e complexo trabalho da identidade nacional. Muito consciente como sou – por dever de ofício – das condições em que se formulam as ideologias identitárias em nossa cultura ocidental moderna, não posso deixar de observar que – para além de todas essas características – o que torna esse bem tão

tipicamente digno do *registro* como *patrimônio cultural imaterial* é o fato de estar animado de um *espírito* oposto ao das formas hegemônicas do poder, político, econômico ou ideológico. Como bons herdeiros do Romantismo, atribuímos uma particular força de vida aos fenômenos sociais que parecem se reproduzir independentemente das necessidades canônicas da reprodução do Estado, da produção mercantil-industrial-fábrica e da produção intelectual erudita. O ofício das paneleiras de Goiabeiras pode suscitar o patrocínio dos poderes locais (o que já ocorreu) ou pode suscitar a produção de uma notável massa de textos acadêmicos (inclusive teses universitárias, constantes do processo). Ele também não se desenvolve fora do mercado: todo um sistema de circulação já está a

vinculá-lo com uma cada vez mais vasta clientela consumidora. Ele retira, no entanto, de sua marginalidade em relação a esses sistemas dominantes ou oficiais justamente o atrativo para neles encontrar o seu nicho. É legítimo e interessante por ser *privado*; é legítimo e interessante por ser *artesanal*; é legítimo e interessante por ser *popular*. E é bom que seja assim. Esse é o nosso melhor mecanismo de avivamento dos valores: o que contempla e eventualmente premia contrapesos dinâmicos às forças centrais, massificadoras e desvitalizantes, de nosso processo civilizatório. Não será bom se este Conselho não estiver, porém, sempre muito consciente – ao julgar tais processos – de que estará ao serviço de uma ideologia como qualquer outra – essa, hoje oportuna, do valor das

coisas privadas, artesanais e populares – e desmerecer da consideração e guarda do patrimônio hegemônico *material*, que fornece e mantém o *corpo* que o *espírito* do patrimônio *imaterial* vivifica.

É, portanto, por todos os motivos arrolados que proponho o registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, Vitória, Espírito Santo, como bem cultural de natureza imaterial, a ser inscrito no Livro dos Saberes instituído no Iphan, com o conseqüente direito ao título de Patrimônio Cultural do Brasil.

É minha obrigação registrar a ocorrência de um pequeno problema administrativo neste processo; felizmente, a meu ver, reparável. Decorre dos termos estritos do Decreto instituinte do Programa de que ora nos ocupamos. O parecer técnico final foi

publicado no Diário Oficial de 23 de outubro último, não tendo assim transcorrido, portanto (hoje, ainda) os 30 dias para “eventuais manifestações sobre o registro”, previstos no parágrafo 5º do mesmo artigo 3º. Sugiro que o Conselho tome sua decisão sobre a matéria nesta mesma reunião, apesar de faltarem três dias para o cumprimento pleno do prazo, comprometendo-se a revê-la oportunamente caso ainda dê entrada no Iphan alguma das *manifestações* previstas no Decreto – o que parece na verdade pouco provável.

Em função ainda do caráter inaugural deste parecer, considero-me obrigado, finalmente, a aproveitar a oportunidade para evocar algumas das condições mais gerais que este Conselho Consultivo tem discutido

e gostaria de ver – acredito – acompanhar a eventual aprovação deste parecer e o desencadeamento pleno do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Em primeiro lugar, será necessário que se dê efetivamente a **máxima publicidade** a todo o processo (inclusive nos meios eletrônicos), de modo a permitir a desejada divulgação dos entes culturais registrados e – ao mesmo tempo – o compartilhamento da experiência político-administrativa contida nos atos decisórios ora desencadeados.

Será necessário organizar e permitir a **observação continuada** do funcionamento dos processos sociais afetados pelo Registro não apenas para o reexame decenal previsto pela legislação, mas para uma avaliação mais fina e periódica das implicações das decisões deste

Conselho, em função dessa necessidade de uma “definição gradativa dos critérios” – como se referiu, no trato do assunto, Célia Corsino – ou dessa “jurisprudência consensual” a que se referiu no plenário do Conselho o Professor Joaquim Falcão. Para atingir tal fim, não se poderia esperar por **avaliações decenais**. Proponho que o Iphan se habilite a apresentar ao Conselho Consultivo relatórios bienais que permitam ao Conselho avaliar os rumos de seu trabalho.

Deveriam fazer parte da pauta dessas **avaliações bienais** de caráter meramente informativo, por um lado, a atenção aos possíveis e eventuais efeitos negativos do Registro, do ponto de vista de apropriações mercantis descabidas da conotação de *autenticidade*, por exemplo. As implicações do uso (ou não) da *propriedade intelectual*

coletiva ou individual eventualmente envolvida nas práticas cobertas pelo Registro deveriam merecer uma particular atenção, dada a imprecisão que ainda cerca a matéria – crítica por excelência.

É claro que deveriam fazer parte da pauta também as informações sobre o funcionamento do próprio **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**, em tudo o que ele promete de *referenciamento e valorização* dos entes beneficiados.

Os efeitos benéficos desse Programa jamais poderão se fazer sentir evidentemente se o Iphan não estiver aparelhado financeira e profissionalmente para colocá-lo em funcionamento. O Conselho Consultivo deveria estar permanentemente ao corrente dessas condições para poder julgar com pleno conhecimento de causa do caráter estrutural ou conjuntural

dos eventuais maus resultados daquela ação. No que toca as condições profissionais, deve-se pensar certamente no apoio e reforço dos quadros próprios do Instituto, mas não se pode descartar a conveniência de uma parceria mais sistemática com as instituições profissionais e acadêmicas competentes para esses assuntos. Emergem do processo em pauta referências a trabalho conjunto feito com o Centro e a Coordenação de Folclore e Cultura Popular da Funarte, o que é muito bem-vindo. Lembro particularmente a minha área de trabalho, a antropologia, dada a contigüidade de seus interesses com os do Programa (o que é certamente provado pelo grande número de contribuições de profissionais dessa disciplina ouvidos no processo de estabelecimento da política do

patrimônio imaterial). É mesmo possível augurar uma aproximação formal, nesse sentido, com a **Associação Brasileira de Antropologia** (ABA), instituição de absoluta legitimidade nesse campo. Mas é claro que muita competência de outras áreas, como a da história ou da arquivologia, será necessária para o melhor desempenho das funções agregadas ao *registro*.

Entre as condições materiais necessárias à plena consecução de tantas boas intenções a que hoje damos uma chancela ritual encontra-se um ponto repetidamente discutido no Conselho Consultivo (sobretudo por instigação de Thomas Farkas): a eficiência da política de preservação aplicada à documentação recolhida ou produzida no inventário e na

identificação. Seria profundamente desconcertante que essa nova e promissora iniciativa seguisse o rumo da grande maioria dos arquivos e acervos públicos brasileiros, atormentados pela incúria administrativa ou pela continuada escassez de recursos — o que os vota a uma certa e irreparável destruição. Algum entrosamento com o Arquivo Nacional, que acaba de inaugurar auspiciosamente sua nova sede restaurada, no Campo de Santana, seria talvez instrumental para um planejamento profissional de longo alcance.

Creio ser necessário, por fim, insistir em dois pontos que já foram levantados nas reuniões deste Conselho anteriormente e que poderiam vir a merecer a acolhida da Presidência. O primeiro consiste em colocar o Conselho Consultivo

permanentemente a par das características do fluxo de demanda a este novo Programa, de modo que ele possa perceber os contornos maiores do processo para o qual se lhe pede seus abalizados juízos pontuais. O segundo consiste em organizar o ritmo das reuniões e a densidade de suas pautas de tal forma que o Conselho Consultivo disponha do tempo necessário para discutir em profundidade as implicações de sua ação na política do patrimônio cultural nacional (agora enriquecido do *patrimônio imaterial*) e não apenas — como tem quase sempre feito — ater-se a aprovar os pareceres relativos a processos específicos.

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 2002

Luiz Fernando Dias Duarte

Referências bibliográficas:

- LONDRES, Cecília (org.) –
Patrimônio Imaterial, *Tempo Brasileiro*, no. 147 (número temático), Rio de Janeiro, 2002
- MAATSURA, Koïchiro – Discours à l’occasion de la réunion internationale sur “le patrimoine culturel immatériel: le rôle de l’UNESCO et les domaines d’action prioritaires” (mimeo), Rio de Janeiro, 2002
- MINC/IPHAN – *O Registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2000.

*Este livro foi produzido
no inverno de 2006 para o
Instituto do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional.*

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA ALOÍSIO MAGALHÃES

Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. – Brasília, DF:
Iphan, 2006.
70 p.: il. color, 25cm. – (Dossiê Iphan; 3)

ISBN 85-7334-031-2
Bibliografia: p. 54-58.

1. Patrimônio Cultural. 2. Patrimônio Imaterial.
3. Paneleiras-ofício. I. Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional. II. Série.

Iphan/Brasília-DF

CDD-745.5